

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
DEPARTAMENTO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS
CURSO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS

HILDEBERTO HOLANDA ALVES COSTA FILHO

O ANTIAMERICANISMO E A POLÍTICA EXTERNA DO GOVERNO LULA (2003-
2010)

João Pessoa
2016

HILDEBERTO HOLANDA ALVES COSTA FILHO

O ANTIAMERICANISMO E A POLÍTICA EXTERNA DO GOVERNO LULA (2003-2010)

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado como requisito parcial para a
conclusão do Curso de Graduação em
Relações Internacionais da Universidade
Federal da Paraíba.

Orientador: Prof. Dr. Túlio Sérgio
Henriques Ferreira

João Pessoa

2016

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

C837a Costa Filho, Hildeberto Holanda Alves.

O antiamericanismo e a política externa do governo Lula (2003-2010)./
Hildeberto Holanda Alves Costa Filho. – João Pessoa: UFPB, 2016.
93f.:il.

Orientador: Prof. Dr. Túlio Sérgio Henriques Ferreira.
Monografia (Graduação em Relações Internacionais) – UFPB/CCSA.

1. Política Externa. 2. Antiamericanismo. 3. Governo Lula. I. Título.

UFPB/CCSA/BS

CDU: 327.450*7(043.2)



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
COORDENAÇÃO DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM RELAÇÕES
INTERNACIONAIS**

A Comissão Examinadora, abaixo assinada, aprova, com nota 10, o Trabalho de

Conclusão de Curso

"O Antiamericanismo e a Política Externa do Governo Lula"

Elaborado por

Hildeberto Holanda Alves Costa Filho

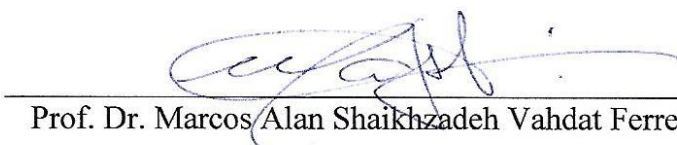
Como requisito parcial para a obtenção do grau de

Bacharel em Relações Internacionais.

COMISSÃO EXAMINADORA


Prof. Dr. Túlio Sérgio Henriques Ferreira – UFPB (Orientador)


Profª Ms Xaman Korai Pinheiro Minillo.– UFPB


Prof. Dr. Marcos Alan Shaikhzadeh Vahdat Ferreira - UFPB

João Pessoa, 13 de junho de 2016.

Aos meus pais, fonte de inspiração,
sabedoria e amor.

AGRADECIMENTOS

Agradeço aos meus pais, Hildeberto Holanda A. Costa e Suely Alves de Sousa H. Costa, não só pelo importante apoio financeiro, mas por sempre acreditarem em mim, pela paciência demonstrada nos momentos difíceis e por me ensinarem tantas lições valiosas sem as quais este trabalho não existiria.

Agradeço ao prof. Dr. Túlio Sérgio Henriques Ferreira, pelo auxílio na elaboração deste trabalho, sempre com apontamentos e comentários essenciais. Com um ótimo orientador, fazer um Trabalho de Conclusão de Curso torna-se uma tarefa mais fácil e prazerosa. Se este TCC possui algum mérito, o prof. Túlio Ferreira é em grande medida o responsável.

Este trabalho é o resultado de um longo processo, iniciado em 2011. Muitas pessoas contribuíram nessa longa caminhada. Não há como mencionar todas, mas gostaria de agradecer a alguns colegas que sempre me ajudaram, tanto nas atividades acadêmicas como na vida pessoal: Aaron Campos Marcelino, Andressa Mirely, Gary Rainer, Joyce Kelly Silva, Karla Pinheiro e Pedro Henrique Mota. Uma menção especial a Camille Amorim – sem sua ajuda, não teria sobrevivido duas semanas durante o meu período de intercâmbio.

Agradeço, aos professores pela solicitude, ética e empenho na transmissão de conhecimentos. Houve muitas aulas memoráveis que contribuíram para minha formação. O espaço não me permite citar todos, mas gostaria de destacar o papel da prof^a. Ms. Xaman Minillo, sob a qual fui monitor na disciplina História das Relações Internacionais na Idade Contemporânea; e do prof. Dr. Félix Augusto Rodrigues, coordenador da Assessoria para Assuntos Internacionais na época em que fui estagiário. O auxílio de ambos me possibilitou uma visão mais madura da vida acadêmica e profissional.

Por fim, agradeço a UFPB e a todos os funcionários da instituição, principalmente aos do Departamento de Relações Internacionais e da Biblioteca Setorial do CCSA pelo importante auxílio em diversas questões do dia a dia.

“[...] foi nosso destino (dos Estados Unidos) como nação não ter ideologias, mas ser uma ideologia” (Richard Hofstadter *apud* HUNTIGTON, 1997: p. 390)

RESUMO

Em 2007, o ex-diplomata Roberto Abdenur, em entrevista concedida a revista Veja, alegou que a Política Externa do governo Lula possuía elementos “antiamericanos”. Visando a verificação de tal hipótese, o presente trabalho busca delimitar o significado do conceito de antiamericanismo; traçar uma linha histórica no qual este tipo de argumento (contraposição entre posições “pró-americanas” e “antiamericanas”) se insere, desde a proclamação da República até o início da década de 1990; por fim, verificar a partir de uma análise quantitativo-qualitativa dos dados selecionados, se é possível identificar aspectos “antiamericanos” nos resultados concretos da Política Externa do período. Tendo em vista o desenvolvimento histórico das relações bilaterais Brasil - Estados Unidos, conclui-se que não há elementos que indiquem a manifestação de práticas antiamericanas na Política Externa Brasileira do governo Lula. De todo modo, é proposto um conceito de “antiamericanismo” baseado nas formulações de Keohane e Katzenstein (2007) e nas especificidades do caso brasileiro.

Palavras - chaves: Política Externa Brasileira; Antiamericanismo; relações bilaterais Brasil – Estados Unidos; governo Lula.

ABSTRACT

In 2007, the former diplomat Roberto Abdenur claimed in a interview with *Veja* magazine that the foreign policy of the Lula government possessed "anti-American" elements. In order to check this hypothesis, this report seeks to define the meaning of the concept of anti-Americanism; to draw a historical line in which this type of argument (contraposition between positions "pro-American" and "anti-American") falls, since the Republic Proclamation until the early 1990s; finally, seen from a quantitative and qualitative analysis of the selected data, if it is possible identify aspects "anti-American" into concret results of the Foreign Policy in the period. In view of the historical development of bilateral relations Brazil-United States, it is concluded that there are no elements which suggest the manifestation of anti-American practices in the Brazilian Foreign Policy of the Lula government. Anyway, it is proposed a concept of anti-Americanism, based on Keohane and Katzenstein formulations (2007) and the specifities of the Brazilian case.

Key – words: Brazilian Foreign Policy; anti-Americanism; Brazil – US bilateral relations; Lula's administration.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Gráfico 1 – Citações sobre países/regiões, por FHC e Lula	49
Figura 2 – Gráfico 2 – Citações sobre os EUA, por FHC e Lula.....	50
Figura 3 – Gráfico 3 – Concordância de Votos entre Brasil e EUA na AGNU	52
Figura 4 – Gráfico 4 – Import. Brasileiras dos EUA: Valor Total e Porcentual	58
Figura 5 – Gráfico 5 – Export. Brasileiras aos EUA: Valor Total e Porcentual	59
Figura 6 – Gráfico 6 – Influxo de IED norte-americano e Global para Brasil em Bilhões de US\$ e Porcentagem relativa ao fluxo de IED norte-americano	62

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Confiança nos EUA no último ano do governo Bush (2008) e no primeiro ano do governo Obama (2009)	22
Tabela 2 – Casos de Reclamações na OMC partindo do Brasil, contra os EUA (dividido por períodos)	55
Tabela A.A.1 – Coincidência de nas Votações na Assembleia Geral da ONU, 1995-2010 para Brasil e EUA – Todas as Votações	78
Tabela A.A.2 - Coincidência de nas Votações na Assembleia Geral da ONU, 1995-2010 para Brasil e EUA – Apenas Votações Importantes.....	78
Tabela A.A.3 – Comparação das Coincidências entre as Votações Importantes e as Votações Gerais na Assembleia Geral das Nações Unidas.....	79
Tabela A.D.1 – Importações Brasileiras Totais e no Comércio Bilateral com os EUA em Bilhões de US\$ (FOB), com variação percentual	91
Tabela A.D.2 – Exportações Brasileiras Totais e no Comércio Bilateral com os EUA em Bilhões de US\$ (FOB), com variação percentual.....	92
Tabela A.E – Influxo de IED Global e Norte-Americano para o Brasil, com as variações percentuais ano a ano (1996-2009)	93

LISTA DE ABREVIATURAS

ABM – Anti-Ballistic Missile Treaty

AC – Análise de Conteúdo

AGNU – Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas

EUA – Estados Unidos da América

DOPCAT – Convention Against Torture

FHC – Fernando Henrique Cardoso

FMCT – Fissile Material Cut-off Treaty

FOB – Free on Board

IAEA – International Atomic Energy Agency

IED – Investimento Externo Direto

JK – Juscelino Kubistchek

OMC – Organização Mundial do Comércio

ONU – Organização das Nações Unidas

OPA – Operação Pan-Americana

PEB – Política Externa Brasileira

PEI – Política Externa Independente

PT – Partido dos Trabalhadores

PSDB – Partido da Social Democracia Brasileira

RBPI – Revista Brasileira de Política Internacional

UN-INTRA – The UN International Research and Training Institute for the Advancement of Women

URSS – União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

UNRWA – United Nations Relief and Works Agency

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	14
2	O ANTIAMERICANISMO COMO CONCEITO.....	17
2.1	NEM TODA CRÍTICA AOS EUA É ANTIAMERICANA	18
2.2	OS DIFERENTES TIPOS DE ANTIAMERICANISMO	23
2.3	A CONSTRUÇÃO HISTÓRICA DO ANTIAMERICANISMO	30
3	PERSPECTIVA HISTÓRICA DAS RELAÇÕES BILATERAIS BRASIL - ESTADOS UNIDOS.....	33
3.1	CONSIDERAÇÕES SOBRE O ANTIAMERICANISMO E AS RELAÇÕES BILATERAIS COM OS EUA	41
4	ANÁLISE FACTUAL	48
4.1	DISCURSOS PRESIDENCIAIS	49
4.2	VOTAÇÕES NA ASSEMBLEIA GERAL DA ONU (AGNU)	51
4.2.1	<i>Concordância de Votos – Votações Gerais</i>	<i>52</i>
4.2.2	<i>Concordância de votos – votos importantes</i>	<i>53</i>
4.3	Disputas na Organização Mundial do Comércio.....	55
4.4	IMPORTAÇÕES E EXPORTAÇÕES	57
4.5	INFLUXO DE INVESTIMENTO EXTERNO DIRETO	61
4.6	CONSIDERAÇÕES SOBRE OS DADOS EXPOSTOS.....	64
4.7	ANTIAMERICANISMO À BRASILEIRA?.....	66
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	70
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	74
	APENDICES	78

1 INTRODUÇÃO

A Política Externa do governo de Luiz Inácio Lula da Silva foi alvo de contestação por vozes importantes no cenário político nacional. Roberto Abdenur, diplomata e ex-embaixador brasileiro em Washington, Estados Unidos, em entrevista à revista “Veja” (Páginas Amarelas, 2007) intitulada “Nem na Ditadura” faz questionamentos sobre a mesma. Para o diplomata, a política externa do governo Lula seria “contaminada pelo antiamericanismo e pela orientação ideológica” que resultariam na “promoção de diplomatas não por sua competência, e sim de acordo com suas afinidades políticas”.

Abdenur foi ainda mais enfático ao declarar que “Um processo de doutrinação assim no Itamaraty não aconteceu nem da Ditadura”. No cerne da crítica, a rejeição da ideia de que o eixo Sul-Sul deveria ser o preponderante na Política Externa Brasileira em detrimento do relacionamento com os países do “norte” em geral, e com os Estados Unidos em particular. O paradigma supostamente dominante na diplomacia brasileira no governo Lula representaria um “substrato ideológico vagamente anticolonialista, antiglobalização, antiamericano”.

Paradoxalmente, Roberto Abdenur admite que as relações entre Brasil e Estados Unidos prosperaram nos anos em que esteve à frente da embaixada brasileira graças ao empenho pessoal do presidente Lula, embora não tivesse havido progresso nas relações comerciais bilaterais. Estas afirmações mereceram resposta do então Ministro de Relações Exteriores Celso Amorim em entrevista intitulada “Nossa atitude é pragmática e não há antiamericanismo”, (Jornal O Estado de São Paulo, 11 de fevereiro de 2007).

Sobre as alegações de Abdenur, de que os critérios para ascensão profissional no Itamaraty estariam relacionados a fatores ideológicos e não ao mérito, Amorim rebate “É leviano afirmar que as promoções no Itamaraty obedecem a critérios ideológicos”. A respeito do suposto antiamericanismo na Política Externa Brasileira, afirma “Nossa atitude é pragmática e procura defender o interesse brasileiro. Não há antiamericanismo. Muito pelo contrário, busca-se parceria [...]”.

Como prova da invalidade das alegações, Amorim elencou os contatos intensos entre os Presidentes Lula e Bush, as discussões em torno do biocombustível e o trabalho conjunto no Haiti. Classificou as relações bilaterais como “maduras e positivas”, afirmando categoricamente que “A Política Externa é de Estado [...] A leitura do que é importante para o povo brasileiro é que varia muito”. Acerca da importância do relacionamento Sul-Sul no governo Lula, Celso Amorim declarou que “Esse era o diálogo que estava faltando [...] Isso até fortaleceu o nosso diálogo com o Norte”.

Outras vozes importantes também se manifestaram sobre a questão. Gibson Barbosa, chanceler do governo Médici (1969-1974) iria dar apoio público à opinião de Roberto Abdenur (*apud* FERREIRA, 2008, p. 125). O pesquisador Marcelo de Paiva Abreu, em artigo publicado pelo jornal “O Estado de São Paulo” seria ainda mais enfático. Após concordar com Abdenur, considerou seus comentários “comedidos” e discordou veementemente que as relações entre o Brasil e os Estados Unidos tenham sido excelentes no período.

Para Abreu, “[...] é difícil crer que tudo vá tão bem quando tantas posições adotadas pelo governo brasileiro guardam marcas nítidas de dispensável ranço antiamericano”. Finaliza, concluindo que fora alguns sucessos nas negociações da OMC, “[...] o panorama das realizações da política externa brasileira é desértico” e identifica uma tendência constante de piora nos quadros de diplomatas do Itamaraty.

Deve-se notar que esta controvérsia não é de todo nova. Como pode-se encontrar em Ferreira (2008), as visões divergentes sobre a política externa brasileira do período republicano e o posicionamento do país frente aos Estados Unidos remontam aos tempos da proclamação da República, em 1889. O debate conflagrado em 2007 está inserido nessa linha histórica na qual as posições de defesa e repúdio a maior aproximação brasileira dos Estados Unidos se alternam.

O presente trabalho pretende contribuir para o esclarecimento deste debate secular que voltou a ter grande visibilidade durante o governo Lula (2003-2010). Buscar-se-á verificar se as alegações de que houve antiamericanismo na Política Externa do Governo Lula se sustentam a partir da análise de dados selecionados, conforme metodologia a ser exposta.

Para tanto, o Capítulo 2 delimita o conceito de antiamericanismo, tentando abarcar suas evoluções históricas e variantes; o Capítulo 3 aborda a evolução histórica do debate sobre o posicionamento brasileiro nas relações bilaterais com os Estados Unidos, desde a época da Proclamação da República (1889) até 1994, ano anterior a posse do primeiro governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-1998); no Capítulo 4, será elaborada uma análise de dados econômicos (Importações, Exportações e Influxo de Investimento Externo Direto norte-americano) e políticos (Pronunciamentos Presidenciais Oficiais, Votações na Assembleia Geral da ONU, disputas na Organização Mundial de Comércio), com a comparação entre os dois mandatos presidenciais de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) e Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010).

A partir da comparação destes dados, presume-se possível a constatação de uma maior ou menor proximidade entre Brasília e Washington. Uma diminuição drástica deste conjunto apontaria a existência do fenômeno antiamericano na Política Externa do Governo Lula. Tentar-se-á identificar a presença do “antiamericanismo” nos resultados concretos da Política Externa Brasileira para o período. O Capítulo 5 faz a conexão dos temas expostos a título de Conclusão.

2 O ANTIAMERICANISMO COMO CONCEITO

O conceito de antiamericanismo está relacionado, segundo a literatura (KATZENSTEIN, KEOHANE, 2007; O'CONNOR, GRIFFITHS, 2006; HOLLANDER, 2004; REVEL, 2003), com uma predisposição para a rejeição e valoração negativa os Estados Unidos, suas instituições, sua cultura e seu povo. Muitos autores consideram que o antiamericanismo surge do desejo de mimetização dos Estados Unidos e a impossibilidade causada por fatores estruturais e/ou pela decepção entre as altas expectativas postas no projeto da nação norte-americana e a realidade menos fantástica (HOLLANDER, 2004).

Ainda segundo Hollander, o fenômeno do antiamericanismo reflete padrões comportamentais contraditórios por parte dos seus atores: de um lado, o desejo de serem poderosos e bem sucedidos como os EUA; do outro, a demonização do país. Para o autor, muito do discurso antiamericano esconde a incapacidade de diversos Estados em alcançarem os mesmos patamares econômicos, culturais, políticos, militares e sociais dos EUA. Na origem do antiamericanismo, a incapacidade de resolver problemas que poderiam aproximar os respectivos Estados ao patamar norte-americano. Desse modo, estaria associado ao:

[...] relativismo e incerteza moral que enredam o antiamericanismo doméstico e internacional como um mecanismo de escape, inveja, ressentimento, anti-capitalismo simplório, utopias estúpidas e as expectativas de criação de um sistema social sustentável que seja livre dos conflitos perenes entre as aspirações e valores dos seres humanos. (HOLLANDER, 2004: p. 37).

Para Hollander, as raízes do movimento antiamericano são principalmente duas. De um lado, prevalecente no ambiente interno do país, a quebra das grandes expectativas de viver em uma sociedade ideal representada pela realidade norte-americana. Esta perspectiva estaria associada:

[...] ao capitalismo e mercado de massas, que baseia-se na economia do desejo. Necessita-se gerar demanda através da criação de necessidade, de modo que se cria uma eterna dissatisfação com a realidade e obsessão com um mundo imaginário, perfeito, de sonhos (IDEM, p. 11).

Internacionalmente, as raízes do antiamericanismo não apenas nutrem-se desta desconexão entre as expectativas e a realidade, como também “[...] mistura aversão, ambivalência, fascinação mórbida e uma pitada de 'ressentimento mundial” (IDEM: p. 33).

2.1 NEM TODA CRÍTICA AOS EUA É ANTIAMERICANA

Críticas à sociedade norte-americana são frequentes. Quem critica e o que se critica variam bastante de modo que praticamente todos os aspectos da vida, do mais cotidiano ao mais extraordinário, já foram alvo de comentários depreciativos.

Nesta amplitude e abrangência de críticas aos EUA, muito da prática discursiva pode ser considerada como reflexo de ideias antiamericanas. Contudo, nem todas as críticas ao Estado, governo e sociedade norte-americanas podem ser caracterizadas simplesmente como uma expressão do antiamericanismo. Deste modo, se faz necessário a distinção entre o comentário antiamericano puro e os demais.

O antiamericanismo é caracterizado como uma predisposição de pensamento e comportamento que induz os indivíduos a possuírem visões negativas acerca dos EUA em seus diversos aspectos (sociais, políticos, culturais, etc) (KATZENSTEIN, KEOHANE, 2004), podendo se manifestar em menor ou maior grau, em atos discursivos ou ações políticas concretas, havendo necessariamente uma rejeição aos EUA e o que eles representam - sem haver necessariamente relação com fatos concretos.

O antiamericanismo, deste modo, atua como um filtro e um juízo de valor posto entre o observador e a realidade factual. Todos os dados analisados através deste filtro são percebidos de maneira alterada - de modo que os Estados Unidos possuam sempre um viés negativo na análise formulada.

Como exemplo, podem-se citar as acusações feitas à Washington sobre sua suposta culpa nos atentados terroristas de 11 de setembro de 2001 (REVEL, 2003). Mesmo com o território norte-americano sendo atacado e cidadãos estadunidenses morrendo, o discurso antiamericano imputou a culpa dos ataques ao próprio governo norte-americano.

As críticas não antiamericanas, embora sejam por vezes mais duras do que as antiamericanas, baseiam-se em um contato direto com a realidade factual. Após a análise de algum dado observável – como os efeitos de determinada política exterior – é elaborada a crítica, sem a utilização de nenhum filtro que de antemão condicione as possíveis conclusões. Há uma interpretação *a posteriori* do fato, podendo inclusive mesclar elogios a críticas mais pesadas. O ponto de partida da crítica em si é neutro; o teor dela será dado a partir da leitura dos fatos.

Visto que esta leitura pode ser diferente a depender do autor, há a possibilidade do debate e contraposição de ideias. Já as críticas antiamericanas, ao já estarem fundamentadas em pressupostos pejorativos dos EUA, possuem um poder analítico reduzido. O teor da crítica é negativo *a priori*, antes da análise factual. Como as críticas antiamericanas baseiam-se em um axioma – “tudo relacionado aos EUA é ruim” - as possibilidades de debates construtivos são reduzidas ou nulas.

Os críticos não antiamericanos, ao rejeitarem o caráter intrinsicamente maléfico dos Estados Unidos em suas análises, são menosprezados pelos antiamericanos. Como observa Todd Gitlin (*apud* HOLLANDER, 2004, p. 9) “O antiamericanismo é uma emoção mascarando uma análise”. O'Connor e Griffiths acrescentam que o antiamericanismo é uma “[...] disposição ou sensibilidade ao invés de um aparato substantivo de crenças ou argumentos” (O'CONNOR, GRIFFITHS, 2006, p. 1).

Katzenstein e Keohane (2007) também consideram que o aspecto da durabilidade das críticas é essencial para determinar se elas são ou não antiamericanas. As avaliações normais têm uma validade de tempo limitada e abarcam uma ação específica dos EUA. As análises antiamericanas podem ser utilizadas e reutilizadas, vistos que se baseiam em pressupostos atemporais da perniciosidade das instituições e sociedade norte-americana. Não abordam o que os Estados Unidos fazem, e sim o que eles são, e por isso a mesma crítica pode ser utilizada para a Guerra da Coreia, a Guerra do Vietnã ou a Guerra do Iraque.

Conquanto, deve-se considerar que as críticas antiamericanas geralmente são mais contundentes em momentos nos quais os Estados Unidos atuam de forma controversa, como nas invasões do Afeganistão (2001) e do Iraque (2003)

ou a rodada de negociações da Organização Mundial do Comércio (OMC) em Seattle, 1999.

Se estas críticas são atemporais e não deveriam, em tese, ser afetadas pelos fatos, por que se verifica tal situação? Uma hipótese é que provavelmente nestes períodos no qual as posições e ações norte-americanas são mais questionáveis, há um espaço maior para a divulgação de análises e críticas referentes ao país. Entre aquelas que são verdadeiras análises, as críticas antiamericanas são mescladas e podem obter grande atenção do público, de modo a maximizar sua posição e conceder ganhos políticos aos interessados.

Portanto, não é toda crítica ou atitude contrária aos Estados Unidos que pode ser caracterizada como antiamericana. Para que ela o seja, é necessário questionar quais os fundamentos por trás da atitude ou crítica, se estes são baseados em uma leitura factual da realidade internacional ou em pressupostos axiomáticos. Criticar o “American Way of Life”, por exemplo, não é necessariamente uma postura antiamericana. Se o que é criticado é este modo de vida, espera-se que modos de vida similares também sejam criticados.

Neste caso, se a crítica se estende ao Modo de Vida Europeu, por exemplo, por considerar que ambos possuem elementos consumistas e discriminatórios, a crítica não pode ser considerada antiamericana. Caso o contrário, se apenas o modo de vida dos cidadãos norte-americanos é criticado enquanto outros povos com padrões similares de comportamento são preservados das mesmas, pode-se chegar a conclusão da presença de elementos antiamericanos na crítica.

No artigo “Does Anti-Americanism Exist?” de Richard Herrmann e Joshua Kertzer (2015), os autores buscam identificar se na França, país considerado como um dos mais antiamericanos do mundo, a rejeição mostrada nas Pesquisas de Opinião Pública (como as do Pew Research Center) seriam destinadas aos EUA por si mesmo ou às formas de condutas historicamente associadas ao país.

Os autores elaboraram um survey com a opinião pública francesa no qual três perguntas eram feitas: 1) Você acredita que os movimentos contra os EUA no Oriente Médio surgiram como respostas às políticas imperialistas norte-americanas? 2) Como você descreveria a probabilidade dos EUA estarem trabalhando com grupos internos no Irã para desestabilizar o regime? 3) Qual a

sua opinião sobre os EUA entrarem em guerra com outro Estado acusado de dar suporte aos terroristas?

As mesmas três perguntas citadas foram feitas para outro grupo de franceses, com a diferença de que os pesquisadores substituíram os EUA por China ou Rússia e a região afetada por Geórgia ou Taiwan. O que Herrmann e Kertzer buscavam identificar no seu experimento era se a rejeição das situações propostas estava associada aos EUA ou a forma de atuação posta em prática. Seus resultados foram contundentes.

Em nenhum dos três casos propostos os EUA obtiveram uma aceitação ou rejeição relativamente menor ou maior do que China ou Rússia. Para os autores, isto demonstra que muito do que é comumente considerado antiamericanismo é, na verdade, a rejeição crítica a más ações políticas dos EUA. Se não fosse assim, a rejeição aos casos apresentados com os EUA deveria ter-se apresentado maior do que a dos demais Estados.

Portanto, nem toda ação governamental ou uma mera crítica aos Estados Unidos deve ser considerada antiamericana. Ela só o é quando o alvo da crítica não é a ação em si, mas sim os próprios EUA. Por vezes esta dificuldade de identificação do que é uma crítica de cunho antiamericano e uma crítica imparcial pode ser operacionalizada em favor de determinado segmento político (O'CONNOR, GRIFFITHS, 2006, p, 1).

A rejeição internacional a algumas políticas controversas do governo norte-americano, como a Guerra do Iraque em 2003, embora possua elementos antiamericanos no seu todo, também está baseada em avaliações mais sérias e imparciais sobre o cenário. As avaliações negativas não estão necessariamente vinculadas a uma visão pejorativa dos EUA. Podem estar pautadas em análises críticas dos resultados concretos das políticas norte-americanas.

Em contrapartida, o governo norte-americano pode blindar-se de críticas mais embasadas ao desqualifica-las como fruto de um movimento antiamericano. Ao caracteriza-las dessa forma, o governo busca desprestigiar a lógica de seus argumentos, baseados supostamente no ódio pelo país. Essa estratégia discursiva legitima as políticas adotadas, pois além de defendidas pelo governo como necessárias, argumenta-se que a mudança destas não reverteria as críticas.

Quando Katzenstein e Keohane afirmam, por exemplo, que “em todas as situações, as visões antiamericanas são geralmente manipuladas por empreendedores políticos para o seu próprio benefício político, *top down* [...]” (2007, p. 15), os autores estão se referindo aos dirigentes e governantes que usam desta estratégia fora dos Estados Unidos. Mas o inverso também ocorre, como aponta Hollander (2004). Ou seja, um aumento de repúdio aos EUA não representa, necessariamente, o fortalecimento do antiamericanismo.

Esse fato pode, simplesmente, indicar uma pior aceitação da Política Externa do país – rejeição que pode ser revertida com mudanças na mesma política. Como exemplo, a Tabela 1 abaixo, retirada da Pew Research Center, demonstra que com o fim do governo Bush e o início da administração Obama, a imagem dos Estados Unidos melhorou substancialmente.

Tabela 1 – Confiança nos EUA no último ano do governo Bush (2008) e no primeiro ano do governo Obama (2009).

	Will Do Right Thing in World Affairs		
	Bush 2008	Obama 2009	Diff
% confident	%	%	
U.S.	37	74	+37
Canada*	28	88	+60
Britain	16	86	+70
France	13	91	+78
Germany	14	93	+79
Spain	8	72	+64
Poland	41	62	+21
Russia	22	37	+15
Turkey	2	33	+31
Egypt	11	42	+31
Jordan	7	31	+24
Lebanon	33	46	+13
Palest. ter.*	8	23	+15
Israel*	57	56	-1
China	30	62	+32
India	55	77	+22
Indonesia	23	71	+48
Japan	25	85	+60
Pakistan	7	13	+6
S. Korea	30	81	+51
Argentina	7	61	+54
Brazil	17	76	+59
Mexico	16	55	+39
Kenya*	72	94	+22
Nigeria	55	88	+33

*Bush confidence from 2007.

Samples in Brazil, China, India and Pakistan are disproportionately urban.

Fonte: KOHUT, Andrew. "Reviving America's Global Image". **Pew Research Center**, Washington DC (EUA), 2010.

Andrew Kohut, presidente do PewResearch Center admite que:

Sem sombra de dúvidas, Geoger W. Bush tornou-se o grande estimulador dos sentimentos Antiamericanos, embora estes fossem muitos mais fortes e maiores do que o próprio Bush [...] Sua administração apenas trouxe para a superfície estes ressentimentos e intensificou o descontentamento com os EUA. (2003, p.2).

2.2 OS DIFERENTES TIPOS DE ANTIAMERICANISMO

Segundo Katzenstein e Keohane (2007) o antiamericanismo é um conceito heterogêneo e multidimensional, podendo assumir diversas formas. Pode se manifestar de diferentes maneiras em variadas esferas: desde uma descrição irônica e pejorativa da sociedade norte-americana em uma obra literária, protestos pacíficos contra o modelo econômico e social associado aos EUA, ou a prática de ataques diretos ao território como ocorrido nos atentados terroristas de 11 de setembro de 2001. Ademais, cada nação pode possuir um tipo específico de antiamericanismo, gerado a partir das relações históricas entre os países.

A partir desta multiplicidade de antiamericanismos os autores elaboram uma tipologia na qual identificam quatro tipos fundamentais e não excludentes do fenômeno, com a devida margem para as particularidades históricas de cada sociedade. A classificação analítica criada por Katzenstein e Keohane combina elementos de intensidade do sentimento dito antiamericano com as vias de manifestação. Cada categorização não apenas expressa o quão forte é o "antiamericanismo" em determinado sociedade, mas também por quais meios sua manifestação é esperada.

O antiamericanismo mais brando é denominado "Antiamericanismo Liberal ou de Opinião Crítica". No limiar entre o que é considerada uma crítica verdadeira, no Antiamericanismo Liberal os valores basilares dos EUA e de sua sociedade são aceitos e desejados: democracia, modernidade, economia de livre mercado, etc. Porém, a despeito dos sucessos alcançados pelo país, os fracassos e

possíveis erros na promoção dos ideais liberais são ressaltados de modo a criar uma imagem de que os “bons valores” não são devidamente alcançados pelas “más instituições e políticas” dos EUA.

Os pontos frágeis são hiper-valorizados: a concentração do poder econômico em grandes Corporações, o individualismo exacerbado da sociedade norte-americana, a ausência de ajuda humanitária em situações de violação dos Direitos Humanos (como em Ruanda), etc.

Os antiamericanos liberais não esperam a destruição dos EUA e do que eles representam. Desejam justamente o contrário: que a promessa associada aos EUA se cumpra e que os valores liberais sejam postos efetivamente em prática. Este gênero de antiamericanismo é mais usualmente encontrado em sociedades com fortes tradições liberais, como o Reino Unido, Canadá ou Austrália (KATZENSTEIN, KEOHANE, 2007). Não preconiza medidas violentas contra os Estados Unidos, mas a redução ou retirada de apoio político as suas ações.

Por se colocar contra a “hipocrisia” (IDEM) norte-americana em termos de política externa - por exemplo, a defesa da democracia e da autodeterminação dos povos no plano discursivo enquanto apoiam na prática ditaduras favoráveis aos seus objetivos; ou a defesa do Livre Comércio na OMC ao mesmo tempo em que efetuam medidas protecionistas e concedem subsídios à agricultura – este tipo de antiamericanismo, teoricamente, seria mais suscetível a uma mudança de postura.

Para Katzenstein e Keohane, caso a discrepância entre o discurso e as práticas norte-americanas fossem eliminadas e Washington procedesse apenas seguindo os preceitos dos seus próprios discursos, o antiamericanismo liberal seria enfraquecido. No entanto, deve-se questionar esta afirmação, visto que uma das características marcantes do antiamericanismo está na sua negação *a priori* dos fatos. Seria mais plausível esperar que após a resolução de algumas incoerências por parte dos EUA, os antiamericanos liberais iriam encontrar, ou mesmo criar, outras.

Dando prosseguimento à tipologia de Katzenstein e Keohane surge o “Antiamericanismo Social-Cristão ou de Opinião Crítica”. Neste, os valores liberais associados aos EUA não são questionados ou atacados. Mas não só sua

aplicabilidade por parte do país é posta em dúvida; a própria interpretação do significado destes valores constitui um motivo de divergência. A democracia, modernidade e o livre mercado são desejados, mas não da mesma maneira como supostamente entendido pelos EUA.

O antiamericanismo Social-Cristão está mais presente nos Estados de Bem-Estar Social da Europa, como a Alemanha, Suécia, Dinamarca e alguns Estados mais desenvolvidos na Ásia, onde as tradições políticas liberais possuem uma história institucional diferente da vivenciada por parte dos países anglófonos (KATZENSTEIN; KEOHANE, 2007). Nestas sociedades, o papel histórico do Estado como participe na organização social e no controle dos desvios de mercado demanda uma atuação mais ativa do mesmo do que o tradicionalmente aceito pelos EUA.

Além disso, o aspecto cultural deve ser ressaltado. Tradições religiosas diferentes das norte-americanas influenciam um desejo mais acentuado por políticas de Seguridade Social, preconizando, por exemplo, a garantia de sistemas de saúde amplos e gratuitos, a abolição da pena de morte ou a maior valorização das negociações multilaterais do que soluções bilaterais ou unilaterais (IDEM).

Neste segundo tipo de antiamericanismo os conflitos diretos e abertos estão concentrados ao nível discursivo e a violência concreta não constitui uma prática usual. De todo modo, a posição do Antiamericanismo Social-Cristão é menos afetada por mudanças de políticas por parte dos EUA. Embora não negue os valores representados pelos Estados Unidos, o antiamericanismo Social-Cristão, ao defender outra forma de interpretação dos mesmos, demanda uma reformulação do “*self*” norte-americano para que haja a possibilidade de uma reconciliação.

Katzenstein e Keohane caracterizam o antiamericanismo Soberano-Nacional ou Defensivo - Indentitário como o primeiro que pode constituir uma ameaça real aos Estados Unidos. No cerne deste antiamericanismo está à forte identidade com a própria nação e o sentimento associado de rejeição às ameaças externas. Em um cenário internacional no qual os Estados Unidos se apresentam como a única superpotência restante, eles ganham uma maior visibilidade perante um grande grupo de Estados.

O antiamericanismo Soberano-Nacional geralmente está mais presente em Estados fracos ou com necessidade de afirmação da própria identidade nacional (KATZENSTEIN; KEOHANE, 2007). Por isso, em um processo favorecido pelas elites políticas do Estado, há a iniciativa de diferenciação proposital entre o país e os Estados Unidos.

No que concerne aos valores, há uma diferenciação maior do que nos níveis anteriores. Isto ocorre naturalmente, por diferenças culturais, ou de forma coordenada, para acentuar as diferenças entre o externo e o interno. Para os autores, no cerne da questão está a vontade política de não perder o controle sobre a situação interna do país e garantir um espaço de inserção independente no sistema internacional.

A valoração da Identidade Nacional Coletiva é o principal mecanismo discursivo para alcançar este fim; a soberania nacional um escudo contra a intromissão estrangeira; os Estados Unidos a principal ameaça externa, real ou imaginária, possibilitando um sentimento de coesão nacional da população. De acordo que esta perspectiva, Hollander observa que:

Em situações nas quais as identidades positivas do “eu” são difíceis de virem a tona, a disponibilidade imediata de um outro poderoso, próspero, culturalmente onipresente pode oferecer um cola social que tem um grande apelo. Esse tipo de situação é frequente, por exemplo, em Estados falidos, em sociedades divididas profundamente por questões étnicas, religiosas, de classe ou outras linhas, e em políticas que estão no processo de construção de uma nova identidade coletiva. O antiamericanismo pode ser um potente e útil ponto de partida para os símbolos faltantes da identidade nacional (2004, p.13).

Embora o antiamericanismo Soberano-Nacional possua aspectos mais relacionados com situações internas de cada Estado, ele pode representar uma ameaça real aos EUA e aos seus cidadãos. Mais do que discursos agressivos, este tipo de antiamericanismo pode preconizar ataques diretos a símbolos norte-americanos, sejam eles bandeiras, embaixadas, empresas ou indivíduos. No plano da política internacional, atua em manifestações contra a visita de alto representantes estadunidenses, exercendo pressão sobre o governo para a denúncia de acordos com os EUA ou mesmo na formação de alianças defensivas contra Washington.

Como quarto tipo de antiamericanismo Katzenstein e Keohane delinearam o que chamam de “Antiamericanismo Radical”. Nesta categoria as manifestações são as mais intensas e podem frequentemente desencadear em protestos violentos.

No Antiamericanismo Radical não há o compartilhamento de valores com os EUA. Os Estados Unidos e o que são, representam o outro maléfico, o corruptor das boas instituições e dos corações dos indivíduos. Seu povo, cultura, instituições e políticas são vistos como antagonistas e por isso mesmo devem ser atacados e destruídos. Os Estados Unidos seriam a origem, força e motivo da propagação dos maus costumes. Eles estariam entre a imperfeita realidade atual e um sonhado mundo melhor.

Portanto, as posições antiamericanas radicais pregam ou a completa conversão da sociedade norte-americana para o que considera correto ou sua destruição. É essa percepção da realidade que justifica, sob esta ótica, os ataques terroristas de 11 de setembro ou outras agressões aos EUA, seus símbolos e seus cidadãos.

Katzenstein e Keohane também ressaltam que embora geralmente associado após 11 de setembro com os movimentos Fundamentalistas Islâmicos, o antiamericanismo radical possui outras variantes de cunho laico. Os autores citam a Ideologia Soviética Marxista-Leninista que, preconizam a destruição do capitalismo como única forma possível de se alcançar um mundo mais justo e digno.

Para Hollander (2004) e Revel (2003) a ideia dos EUA está intimamente associada com a da modernidade e do liberalismo econômico. A conclusão lógica é a de que a Ideologia Soviética Marxista-Leninista levada ao extremo defende abertamente a destruição dos Estados Unidos como nação, de suas instituições e tradições liberais, indicando elementos que incentivam a violência direta, tal como presente nas afirmações dos fundamentalistas islâmicos. Nesse sentido Hollander observa que há várias afinidades discursivas entre os fundamentalistas islâmicos e os radicais de esquerda (2004: p. 23).

Cabe aqui ressaltar que em Katzenstein e Keohane (2007), em Hollander (2004), Ceaser (2003), Huntigton (1997) e em Revel (2003) os EUA é geralmente vinculado à uma ideia mais ampla de Ocidente, liberalismo político-econômico e

modernidade. Como o país maior potência mundial, é natural que os Estados Unidos possuam um papel de referência para estes elementos. Mas, sendo assim, muito do sentimento antiamericano, e em particular do antiamericanismo radical não se direciona exclusivamente ao país, mas sim a todas as ideias e valores considerados ocidentais.

Deste modo, o Antiamericanismo Radical também pode ser interpretado como um movimento político contra a dominação das estruturas Ocidentais, tidas como judaico-cristãs, nas mais diversas partes do globo. Esta argumentação está de acordo com o exposto por Samuel Huntington no livro “Choque de Civilizações” (1997). Implicitamente, o antiamericanismo radical estaria contra a modernidade e o Ocidente. Como líder deste, os EUA seriam apenas o alvo prioritário.

Por fim, Katzenstein Keohane descrevem duas formas menores de antiamericanismo, frequentemente associadas a uma das categoriais principais citadas anteriormente. São o Antiamericanismo Elitista e o Antiamericanismo de Legado.

O Antiamericanismo Elitista é característico de sociedades tradicionais nas quais há uma forte percepção de superioridade frente aos EUA, como na França e outros Estados europeus ou sociedades milenares, como o Japão e a China (KATZENSTEIN; KEOHANE, 2007). As diferenças culturais são ressaltadas de modo que a própria cultura seja sempre considerada superior à dos EUA.

Esta noção de superioridade não possui muitas consequências práticas, além da feroz rejeição de toda produção cultural norte-americana e de uma sensação de despeito (REVEL, 2003). Hollander considera que esse é um fenômeno mundial, pois em diversas sociedades as elites e os intelectuais são consideravelmente mais hostis aos EUA do que o geral da população (2004: p. 31).

Já o Antiamericanismo de Legado se baseia, sobretudo, em ressentimentos de acontecimentos passados cometidos pelos EUA contra a sociedade, como uma deflagração de uma guerra ou o apoio a algum regime particularmente cruel. Sua força diminui com o passar do tempo, a não ser que os EUA reforcem negativamente sua imagem através de novos atos perniciosos ou que o Antiamericanismo de Legado seja reforçado por outra categoria de

antiamericanismo. Geralmente está presente em países onde os EUA intervieram militarmente, como no México e na Grécia (KRATZESTEIN, KEOHANE, 2007).

As quatro tipologias principais de antiamericanismo aqui analisadas, conjuntamente com as duas menores, demonstram como as atitudes negativas e contrárias aos EUA podem derivar resultados políticos diversos e ressaltam que de forma alguma o antiamericanismo é um fenômeno homogêneo; este é influenciado pela cultura dos povos e as percepções individuais.

Os sentimentos antiamericanos podem permanecer por um grande espaço de tempo de forma latente, com apenas pequenas manifestações esporádicas ou de forma relativamente inofensiva – como na publicação de livros de ficção. Para que se possa chegar a representar uma ameaça política real, é necessário que haja o engajamento de atores políticos interessados. Isto se aplica tanto a movimentos terroristas, Organizações Não Governamentais, partidos políticos e governos eleitos.

Uma tipologia alternativa para o conceito de antiamericanismo é elaborada por Moises Naim no artigo “Anti-Americanisms” de 2009 da “Foreign Policy”. Para Naim, o antiamericanismo pode ser dividido em cinco tipos puros (sic): 1) antiamericanismo político-econômico, representando uma reação direta a Política Externa norte-americana. Neste sentido, deve-se questionar se isto é em verdade um tipo de antiamericanismo ou uma forma de criticismo legítimo; 2), antiamericanismo histórico, fruto do ressentimento com o comportamento estadunidense no passado; 3) O antiamericanismo religioso, próximo ao conceito já mencionado de “Choque de Civilizações” de Huntington. Mas para Naim, este tipo de antiamericanismo não estaria restrito aos fundamentalistas islâmicos, como também à alguns teólogos da libertação da Igreja Católica Romana, prelados da Igreja Católica Ortodoxa Grega, o judaísmo fundamentalistas, etc. Em comum, a rejeição a sociedade norte-americana “sem Deus”; 4) o antiamericanismo cultural, a rejeição da influência da cultura de massa nas respectivas sociedades nacionais; 5) por fim, o antiamericanismo psicológico, enraizado na “inveja, ressentimento, ambivalência e expectativas frustradas” (NAIM, 2009) por indivíduos e nações excluídos da promessa de abonança norte-americana.

2.3 A CONSTRUÇÃO HISTÓRICA DO ANTIAMERICANISMO

As recentes mudanças no Sistema Internacional (no fim do século XX e início do século XXI), que possibilitaram aos EUA assumir o papel de única superpotência, parecem ter tornado o país um alvo mais visado para o descontentamento internacional (HUNTIGTON, 1997). Para o autor, o fortalecimento do antiamericanismo no pós Guerra Fria está relacionado à mudança de paradigma dominante nos conflitos internacionais, da “Bipolaridade” para o “Choque de Civilizações”.

O atual antiamericanismo seria sinônimo de anti-ocidentalismo, visto que os Estados Unidos representa o Estado Núcleo da civilização Ocidental e encarna seus valores (HUNTIGTON, 1997).

Hollander explica o fortalecimento recente do sentimento antiamericano por cinco fatores: 1) a queda da URSS e do comunismo, com os EUA restando como a única superpotência mundial responsável pela manutenção da estabilidade sistêmica; 2) a reafirmação do poderio militar norte-americano em lugares como o Kosovo, no Afeganistão e no Iraque; 3) a personalidade de George W. Bush e suas políticas de governo; 4) aceleração do processo de globalização, aglutinando sentimentos e atitudes anticapitalistas, anti-modernidade e antiamericanos; 5) recrudescimento dos movimentos fundamentalistas islâmicos, com forte sentimento anti-semita e anti-Israel, tradicional aliado estadunidense (HOLLANDER, 2004).

O ressurgimento e fortalecimento, no pós Guerra Fria, de práticas discursivas antiamericanas, pode ser visto dentro do panorama histórico do conceito. Ao longo do tempo, houve períodos alternados de maior ou menor força e exposição de práticas e discursos antiamericanos.

Para Katzenstein e Keohane (2007) as origens do antiamericanismo situam-se ainda no século XVIII, a partir de uma visão europeia de superioridade em relação ao “Novo Mundo”. Hollander (2004) corrobora esta observação, acrescentando que os estereótipos da inferioridade norte-americana se espalharam desde então pelo mundo através da ação colonizadora da Europa e envolviam uma descrição do país como extremamente materialistas e sem cultura (HOLLANDER, 2004).

O'Connor (O'CONNOR, GRIFFITHS, 2006) distingue quatro fases históricas do antiamericanismo: 1) o antiamericanismo primitivo, surgido na Europa na época da formação do Estado no final do século XVIII e início do século XIX, que caracteriza o país como um lugar sem cultura, bom gosto ou civilização. Esta forma de antiamericanismo deixava evidente que o “velho mundo” era, em todos os aspectos, superior ao novo mundo. Ainda persiste, de forma diversa, com a crítica constante ao “American Way of Life” e a produção da indústria cultural do país; 2) após a Segunda Guerra Mundial, o antiamericanismo teria tornando-se mais afinado com as teorias de esquerda, muito devido a propaganda soviética e dos Partidos Comunistas no contexto da Guerra Fria, que associavam os EUA ao capitalismo, a economia liberal e suas conseqüentes perversidades; 3) já o antiamericanismo no Pós Guerra Fria, estaria associado ao movimento de antiglobalização e resistência à hegemonia da única superpotência restante, principalmente pelo medo da dominação econômica e cultural que poderia surgir neste cenário. Os EUA também é responsabilizado pelas mazelas do Sistema Internacional – pobreza mundial, degradação ambiental, conflitos globais, etc – devido ser um único ator capaz de atuar efetivamente em todas estas frentes; 4) por fim, a fase do antiamericanismo terrorista teria surgido no final dos anos 1990, com a percepção do declínio do poder norte-americano e a avaliação que o momento era apropriado para um confronto direto com a nação, favorecendo o crescimento do número de ataques terroristas aos EUA e aos seus símbolos.

Para Ceaser as raízes do antiamericanismo remontam a um período de pouco conhecimento do território e do novo país, que era caracterizado como “grotesco, obscuro, monstruoso, sem raízes” (CEASER, 2003: p. 4). Foi criado como construção do “alto pensamento e filosofia europeia, de modo que a simples refutação com os fatos tornava-se impossível” (IDEM: p. 5). O problema destes intelectuais europeus não era exatamente com os Estados Unidos, e sim com a modernidade que eles representavam.

Por isso, “A América tornou-se um símbolo” (IDEM, IBIDEM). Para Ceaser, esta tradição iniciada ainda no século XVIII permanece até a contemporaneidade, visto que os termos “globalização” e “americanização” muitas vezes são tidos como sinônimos, a não ser pela conotação mais negativa do segundo (IDEM,

IBIDEM). Portanto, o antiamericano teria suas raízes no pensamento Europeu, mas com o tempo teria se difundido para as outras regiões e se mesclado com o pensamento local.

As afirmações de Abdenur e outros sugerem que a Política Externa do governo Lula esteve impregnada de um pensamento antiamericano sem, contudo, definir precisamente o significado do termo. Desse modo, o antiamericanismo será abordado neste trabalho a partir dos conceitos trabalhados acima. Deve-se, contudo, considerar que os debates sobre o antiamericanismo no Brasil originam-se paralelamente ao advento da República. No próximo capítulo será traçada a história do seu desenvolvimento em paralelo com um panorama histórico das relações bilaterais Brasil-Estados Unidos.

3 PERSPECTIVA HISTÓRICA DAS RELAÇÕES BILATERAIS BRASIL - ESTADOS UNIDOS

A Política Externa do governo Lula da Silva insere-se no contexto da Política Externa Brasileira e não deve ser considerada um fenômeno desvinculado das tradições diplomáticas do país. As inovações na Política Externa do governo Lula estão associadas à adaptação das linhas tradicionais de atuação do país ao cenário internacional no início do século XXI. Portanto, faz-se necessário a compreensão da história das Relações Exteriores do Brasil, em particular das relações bilaterais com os Estados Unidos, para o entendimento da conduta internacional adotada pelo Itamaraty no governo de Lula.

Os primeiros anos da diplomacia brasileira não foram bem-sucedidos na avaliação de Cervo e Bueno. Na década de 1820, os maiores esforços foram dedicados à estruturação da Chancelaria (CASTRO, 2009) e ao reconhecimento da soberania nacional (CERVO, BUENO, 2010). Esta, para Cervo e Bueno, concretizou-se de forma desfavorável para o Brasil, já que o país ofereceu em troca do reconhecimento um rol de tratados comerciais prejudiciais aos interesses econômicos nacionais.

Com esses tratados, o Brasil tornava-se independente, mas vinculado assimetricamente às potências europeias, sobretudo a Inglaterra. No decorrer do século XIX, a Política Externa brasileira voltou-se para a tentativa de ganhar maior autonomia nas questões internacionais, para consolidação das fronteiras e estruturação burocrática do Itamaraty (CASTRO, 2009; CERVO, BUENO, 2010).

Os Estados Unidos ainda se encontravam no processo de consolidação do seu território e industrialização, não sendo ainda a Potência Global que viriam ser um dia (CERVO, BUENO, 2010). Só no final do século XIX, após a Guerra Civil, a consolidação do seu mercado interno e a vitória sobre a Espanha, em 1898, na Guerra de Cuba, os Estados Unidos iriam se afirmar definitivamente como uma Potência Sistêmica.

Durante o Regime Imperial (1822-1889), o Brasil permaneceu mais fortemente vinculado economicamente e politicamente a Europa do que a América (CERVO, BUENO, 2010). Havia certa desconfiança entre o Brasil

Monárquico e o restante das repúblicas americanas, incluindo os Estados Unidos, pelas diferenças de regime. Em 1827:

Desconfianças recíprocas e incidentes isolados [...] levam à suspensão das relações diplomáticas entre o Brasil e os EUA [...] o governo norte-americano era contrário ao bloqueio do Prata e, em termos ideológicos, considerava o Império Brasileiro uma 'anomalia' na América republicana. (GARCIA, 2005. p. 56-57)

Desse modo, a relação entre Brasil e EUA durante o período imperial é marcado por um relativo distanciamento e diversos temas conflituosos, tais como o Bloqueio do Rio da Prata na Guerra Cisplatina e a navegação internacional no Rio Amazonas (GARCIA, 2005). Entretanto, há também movimentos de aproximação, como a solicitação à D. Pedro II do governo norte-americano (e do Reino Unido) de indicação de um árbitro na questão do Alabama, em 1876 (IDEM); e a proposta, em 1887, do presidente estadunidense Grover Cleveland do estabelecimento de uma união aduaneira entre os dois países (IDEM).

Com o advento da República, em 1889, o Brasil tornava-se uma República entre outras Repúblicas. Internacionalmente, o regime Republicano teria que superar as desconfianças geradas pelo temor da deterioração da estabilidade nacional (CERVO, BUENO, 2010).

Em busca de diferenciação, a Política Externa do Brasil Republicano mudou o eixo principal das suas parcerias internacionais da Europa para a América, aproveitando-se da maior proximidade ideológica com as Repúblicas Americanas (CERVO, BUENO, 2010), buscando um “espírito de irmandade e confraternização com os países americanos” (GARCIA, 2005).

Economicamente, os Estados Unidos aumentavam ano a ano suas importações de produtos brasileiros, enquanto competiam nas exportações com a Inglaterra, ocasionado uma Balança Comercial extremamente favorável ao Brasil (IDEM).

No início do século XX, por motivos pragmáticos o Barão do Rio Branco defendia uma parceria especial com os Estados Unidos (CERVO, BUENO, 2010), caracterizando esta amizade como uma “barreira invencível às intrigas e manobras de países vizinhos contra o Brasil” (GARCIA, 2005; p. 116). Os Estados Unidos estavam em vias de se tornar o principal parceiro comercial brasileiro (em

1916 – GARCIA, 2005) e possuía capacidades de poder para manter a Europa fora dos assuntos americanos, algo que servia aos interesses do Estado Brasileiro, abrindo espaço de manobra política na América do Sul (CERVO, BUENO, 2010).

Esta doutrina do Barão do Rio Branco iria perpetuar-se por toda a Primeira República em uma aliança informal (HIRST, 2009). Em um momento no qual o Brasil privilegiava sua vocação agrário-exportadora, havia uma complementaridade econômica com os Estados Unidos (principal importador do Café Brasileiro), beneficiada pela semelhança das ideologias liberais de governo e o cálculo estratégico do Brasil de que a aliança política com os Estados Unidos era a que mais servia aos seus interesses (CERVO, BUENO, 2010).

Com o fim da Primeira República e a subida Getúlio Vargas ao poder, a perspectiva do Brasil agroexportador foi substituída por um projeto de industrialização conduzido pelo Estado. Getúlio Vargas, simpatizante do Fascismo, iniciou um processo de aproximação com a Itália e a Alemanha Nazista (HIRST, 2009), buscando suprir assim as necessidades geradas pela industrialização (CERVO, BUENO, 2010).

Nas relações bilaterais com os Estados Unidos, mesmo após a quebra da bolsa de Nova Iorque em 1929, na década de 1930 o país manteve-se como principal parceiro comercial do Brasil, já tendo superado a Inglaterra em termos de influxo de capitais para o país na década de 1920 (GARCIA, 2005; p. 132).

Em setembro de 1939, eclode a Segunda Guerra Mundial. Os Estados Unidos não entraram de imediato no conflito, mas prevendo esta possibilidade, temeram que a aproximação do Brasil com a Alemanha resultasse numa aliança militar. Perder o Brasil, parceiro essencial pela posição geográfica e para o fornecimento de materiais estratégicos, era um temor real por parte do governo Norte-Americano (HIRST, 2009; CERVO, BUENO, 2010).

Em virtude disso, o presidente estadunidense Frank Delano Roosevelt iniciou uma ampla estratégia de aproximação com o Brasil. Esta envolvia não só o fortalecimento dos vínculos econômicos, como também a atração cultural e ideológica, através de programas desenvolvidos pelo “Office of the Coordinator of Inter-American Affairs” (OCIAA), coordenado por Nelson Rockefeller (TOTA, 2000). De um lado, o favorecimento das relações econômicas e comerciais, de

outro a sedução ideológica a partir de revistas, filmes, programas de TV, etc (IDEM).

O governo de Getúlio Vargas aproveitou este momento no qual o Brasil tornava-se mais relevante para os Estados Unidos e, portanto, possuía um maior poder de barganha, para conseguir diversas concessões de Washington, incluindo o financiamento para a criação da Siderurgia Nacional (CERVO, BUENO, 2010), essencial para o projeto de desenvolvimento nacional (HIRST, 2009).

Com o término da II Guerra Mundial e a vitória dos Aliados, as expectativas do governo Dutra (1946-1950) em relação à parceria bilateral com os Estados Unidos eram elevadas. Tendo lutado ao lado dos Vitoriosos, o Brasil acreditava possuir um “relacionamento especial” com o vizinho do norte. Esta avaliação logo se mostraria equivocada (IDEM).

Após o término da Segunda Guerra Mundial, os Estados Unidos surgiram como uma das duas Superpotências Mundiais, expandindo os interesses de sua Política Externa do hemisfério americano para todo o globo. No pós-Guerra, a reconstrução da Europa e a contenção do comunismo soviético tornaram-se seus objetivos prioritários.

Neste novo cenário, tanto o Brasil como a América foram relegadas a um segundo plano. Não só Washington considerava o continente como sua área de influência natural, livre da ameaça de expansão soviética (CERVO, BUENO, 2010) como os Estados Unidos não possuíam mais nenhum interesse de vital importância na região. Os interesses econômicos e comerciais poderiam ser defendidos pelas relações tradicionais entre os Estados, sem a necessidade de altos investimentos políticos (IDEM).

Desse modo, o governo Dutra frutou-se nas suas expectativas de um relacionamento especial com os Estados Unidos (CERVO, BUENO, 2010), pois diferentemente do período da II Guerra Mundial, o Brasil não possuía mais o mesmo poder de barganha com os Estados Unidos.

Em 1951, Getúlio Vargas chegou novamente a Presidência da República, desta vez pela via eleitoral. Getúlio Vargas buscou reviver a estratégia de barganha adotada no seu primeiro governo (HIRST, 2009). Porém, as diferenças circunstanciais impossibilitaram o sucesso desta política (HIRST, 2003). Foi

firmado um acordo militar e de venda de materiais estratégicos (1952), mas a falta de contrapartidas efetivas faz com que Vargas recrudescer sua posição nacionalista (IDEM).

Em uma afronta direta aos interesses privados norte-americanos, criou a Petrobrás e lhe concedeu o monopólio da extração e refinamento do petróleo em território nacional (CERVO, BUENO, 2010). Pressões internas levaram o Presidente a cometer suicídio em 1954. Mas na sua carta-testamento, Getúlio Vargas responsabilizou forças externas pela perda de estabilidade de seu governo (IDEM).

Com a eleição de Juscelino Kubistchek, o projeto desenvolvimentista ganhou novo fôlego. As relações bilaterais com os Estados Unidos foram estáveis no período (HIRST, 2009). JK formula em 1958 a chamada “Operação Pan-Americana” (OPA), a qual associava a defesa dos valores democrático-liberais e a luta contra o comunismo com o desenvolvimento – este só seria possível com a ajuda direta dos Estados Unidos aos demais países americanos (MELLO E SILVA, 1992).

A má recepção do vice-presidente Richard Nixon em Caracas, Venezuela, em 1958 e a Revolução Cubana, em 1959, que em seguida levaria o país a adotar o regime Comunista e aliar-se ao bloco soviético, alertaram os Estados Unidos da necessidade de possuir uma Política Externa mais ativa para a América Latina. Já na administração John F. Kennedy, foi lançado o projeto “Aliança para o Progresso” (HIRST, 2009).

Este programa é duramente criticado pelos líderes latino-americanos, tanto pelo pequeno volume de recursos destinados como pelas contrapartidas necessárias para o recebimento dos recursos (MELLO E SILVA, 1992). A “Aliança para o Progresso” era considerada um programa que não visava ajudar no desenvolvimento da América Latina, e sim atender os interesses das Companhias Multinacionais Norte-Americanas desejosas de investir no continente (IDEM).

É neste contexto que em 1961 chegou a presidência Jânio Quadros e surgiu a “Política Externa Independente” (PEI). A Política Externa deveria ser formulada acima de preconceitos ideológicos e visões de mundo rígidas, desvincilhando-se assim dos condicionamentos impostos pela bipolaridade (HIRST, 2009).

O principal objetivo da PEI era propiciar melhores condições para o desenvolvimento econômico da nação (IDEM). Desse modo, não se negava a importância das relações bilaterais com os Estados Unidos, a PEI defendia a busca por novos parceiros comerciais e econômicos para suprir as necessidades de insumos, tecnologias e mercados para o fortalecimento da nascente indústria nacional (CERVO, BUENO, 2010).

A proclamação de independência da Política Externa brasileira não foi bem vista por Washington, já que a Política Externa Independente demonstrava uma vontade de não submissão aos desígnios norte-americanos (CERVO, BUENO, 2010). Segundo Hirst (2009, p.44) “[...] tornaram-se inevitáveis as percepções negativas em Washington com respeito ao discurso autonomista da política externa brasileira”.

Durante viagem do vice-presidente João Goulart à China em busca do estabelecimento de relações comerciais, Jânio Quadros renunciou a Presidência em uma estratégia política malsucedida para enfraquecer setores da oposição. A crise no Brasil se instaurou, já que João Goulart era visto com um radical de esquerda e temia-se que ele poderia levar a Política Externa Brasileira para um eixo ainda mais próximo ao bloco soviético (CERVO, BUENO, 2010).

Como solução ao impasse político foi instaurado o regime parlamentarista no Brasil, retirando poder decisório do cargo de Presidente da República (IDEM). Contudo, durante a administração do Primeiro-Ministro Tancredo Neves, o Brasil não abandonou as diretrizes da Política Externa Independente. A PEI foi apenas interrompida com o Golpe Militar de 01 de abril de 1964.

Com o Marechal Castelo Branco na Presidência, houve o abandono das diretrizes da PEI e a volta de uma vinculação mais estreita com os Estados Unidos (CERVO, BUENO, 2010). A Política Externa de Castelo Branco, ao reconhecer a supremacia dos Estados Unidos no hemisfério Ocidental, preconizava a relativização da soberania nacional, o alinhamento irrestrito do Brasil à luta contra o comunismo soviético, além de destinar ao Brasil um papel subordinado aos Estados Unidos na tarefa de manter a estabilidade na América do Sul (MARTINS, 1975). Em troca, esperava-se a ajuda norte-americana no projeto nacional-desenvolvimentista (IDEM).

Este período de realinhamento mais estreito com os Estados Unidos não iria durar mais do que a presidência de Castelo Branco. O projeto nacional-desenvolvimentista, para avançar, necessitava de uma política externa dinâmica e ativa na busca das melhores oportunidades para o país, sem constrangimentos ideológicos ou estratégicos rígidos (BANDEIRA, 2004).

Portanto, já no governo Costa e Silva (1967-1969) a Política Externa brasileira voltou-se a distanciar-se do discurso norte-americano. Retomaram-se alguns elementos da Política Externa Independente, como a rejeição do eixo Leste-Oeste e aceitação do eixo Norte-Sul como orientadores da conduta internacional do Brasil (MARTINS, 1975).

O Brasil tomou posição ao lado dos países menos desenvolvidos do sul e iniciou um período da história de sua Política Externa no qual a busca por desenvolvimento mescla-se com o teor reivindicatório e contestatório da sua atuação no Sistema Internacional (CERVO, BUENO, 2010).

Durante o governo Medici (1969-1974) e Geisel (1974-1979) a mesma linha de conduta foi mantida (IDEM). No governo de Geisel as relações bilaterais com os Estados Unidos se deterioraram. Carter assumiu a presidência (1978-1982) e com um discurso moralista de defesa dos Direitos Humanos e do Meio Ambiente - além das pressões feitas junto ao governo alemão contra o acordo sobre transferência de tecnologia nuclear ao Brasil - causou atritos com o governo brasileiro (CERVO, BUENO, 2010). As relações bilaterais se esfriaram, chegando a um período de indiferença Sutil nas relações bilaterais (HIRST, 2009).

Figueiredo (1979-1985) já assumiu a presidência em um período de enfraquecimento do projeto nacional-desenvolvimentista, sobretudo devido as duas crises do Petróleo (1973 e 1979) e a crise da dívida externa que assolaria o país na década de 1980 (CERVO, BUENO, 2010).

Após três períodos presidenciais nos quais as diretrizes da Política Externa eram vistas com relativo consenso, na primeira metade da década de 1980 este consenso pareceu ruir junto com o projeto nacional-desenvolvimentista (FERREIRA, 2006). Surgiram vozes no seio do Itamaraty que defenderam uma mudança da postura internacional do Brasil e um movimento de maior aproximação com os EUA (IDEM).

De todo modo, tanto o governo Figueiredo como o governo Sarney (1985-1989) mantiveram as diretrizes da Política Externa. A década de 1980, entretanto, foi um período de deterioração da situação internacional brasileira. As relações com os EUA eram conturbadas não só pela Crise da Dívida como também por questões como os Direitos a Propriedade Intelectual de Produtos de Informática e Medicamentos. O Brasil, mesmo com a restauração da Democracia, ainda era visto com ressalvas pelo governo norte-americano (CORTES, 2010).

Em 1990 Fernando Collor de Mello chegou ao poder como o primeiro presidente diretamente eleito desde a posse de Jânio Quadros, em 1961. Encontrou o país em um cenário de relativo isolamento internacional e esgotamento do modelo nacional-desenvolvimentista. No nível do Sistema Internacional, a Guerra Fria chegou ao fim restando os Estados Unidos como única superpotência.

A combinação destes fatores levou a uma mudança na Política Externa no governo Collor de Mello (SALLUM, 2011). Ela deveria servir para a reinserção brasileira no sistema internacional e contribuir para a modernização econômica do país, integrando-o a “comunidade de países de democracia e livre mercado” (HIRST, 2009).

O meio escolhido para tanto foi, por um lado, a participação ativa nos fóruns internacionais, inclusive na Rodada do Uruguai que preconizou a formação da Organização Mundial do Comércio; e a abertura econômica unilateral, seguindo as orientações do Consenso de Washington (CERVO, BUENO, 2010). Para Sallum (2011), a nova Política Externa do governo Collor de Mello visava uma inserção competitiva da economia nacional no mercado global.

Mesmo com o Impeachment de Collor de Mello houve continuidade e aprofundamento das mudanças em Política Externa iniciadas em seu governo (VIGEVANI, OLIVEIRA, 2004). O governo Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) prosseguiu com o projeto de reinserção internacional do Brasil, aproximando-se dos centros do poder mundial, especialmente Estados Unidos e Europa, e distanciando-se das economias periféricas, abandonando de vez o conjunto de postulados mantidos pela PEB nos 20 anos anteriores (HIRST, 2009).

Ainda que Bandeira (2004) considere que a postura do governo FHC foi subserviente aos interesses norte-americanos, houve temáticas problemáticas

entre os países, como a inclusão do Brasil na lista de observação da Seção 301 da Lei de Comércio norte-americana, em 1999, e a resistência ao avanço das negociações da ALCA para novos temas (como serviços, Propriedade Intelectual e Compras Governamentais) (GARCIA, 2005).

3.1 CONSIDERAÇÕES SOBRE O ANTIAMERICANISMO E AS RELAÇÕES BILATERAIS COM OS EUA

No panorama histórico exposto é possível identificar períodos de maior e menor aproximação brasileira com Estados Unidos. A identidade americana compartilhada, o tamanho do território, população e economia são fatores de atração mútua (HIRST, 2009). Estes elementos podem ser divididos em três ordens de fatores: “Condicionante Estrutural Geográfico”, “Condicionante Estrutural Econômico” e “Condicionante Político - Ideológico” (Identidade, ou definição da mesma).

O condicionante estrutural geográfico abarca os aspectos populacionais, territoriais e estratégicos. Se desde o início do século XIX os EUA já era um dos atores mais relevantes no continente, ao torna-se o principal país nas Américas, na segunda metade do século XIX, com capacidades de poder suficiente para se contrapor as potências europeias, (CERVO, BUENO, 2010), tornou-se imperioso a uma boa Política Externa levar em consideração a nação Norte-Americana nos cálculos políticos e estratégicos brasileiros.

O condicionante estrutural geográfico é de todos, o menos mutável. É o aspecto natural que vincula perenemente os dois países por estarem localizados no mesmo continente, pela grandeza de seus territórios e de suas populações, pela importância estratégica de ambos para a manutenção da estabilidade na região (HIRST, 2009).

Já o condicionante estrutural econômico refere-se não só às relações comerciais e financeiras entre os dois países, como também a complementaridade das políticas macroeconômicas. Durante o regime Imperial (1822-1889) os Estados Unidos possuíam uma posição marginal, embora de importância crescente no comércio e influxo financeiro brasileiro. Com o advento da República e a superação estadunidense da Inglaterra, primeiro no comércio

bilateral e depois nas finanças, a importância relativa deste país cresce. A Primeira República é um período no qual a relevância estratégica, a importância comercial e a afinidade de políticas macroeconômicas de viés liberal levam a uma grande simetria de interesses, facilitando as relações bilaterais entre os dois países. A economia liberal-agroexportadora brasileira usufruía de vantajosos ganhos nas relações bilaterais (CERVO, BUENO, 2010).

Após a Crise de 1929, os Estados Unidos adotariam políticas não liberais (o *New Deal* de Frank D. Roosevelt). A Crise de 1929 também afetou negativamente os setores agroexportadores brasileiros. Com a Revolução de 1930, um novo projeto econômico foi lançado no Brasil. Tal como os Estados Unidos, o Brasil adotou políticas não liberais e de participação do Estado na economia para superar os efeitos da crise (CERVO, BUENO, 2010).

Com o início do projeto de industrialização, a complementaridade de interesses econômicos entre Estados Unidos e Brasil parece se reduzir. De qualquer modo, os Estados Unidos permanecem não só o principal parceiro comercial do Brasil como também a principal fonte de investimentos, ultrapassando definitivamente a Inglaterra (IDEM).

Com o advento da II Guerra Mundial e a necessidade do apoio estratégico brasileiro, os EUA ofereceram diversas concessões para atrair o país. Neste período, o Brasil consegue vultuosos insumos para o recém lançado projeto de desenvolvimento industrial. Ao final da II Guerra, e considerando que o país havia participado do campo de batalha ao lado dos Aliados, os líderes brasileiros esperavam a continuidade dos programas de ajuda ao Desenvolvimento Econômico do país.

Porém, no novo contexto internacional, não só o Brasil e a América Latina haviam se tornado regiões secundárias nos cálculos políticos de Washington, como também o projeto industrial brasileiro não atendia aos interesses específicos norte-americanos. Para este país, seria vantajoso manter os tradicionais vínculos comerciais de importação de *commodities* e exportação de industrializados (CERVO, BUENO, 2010).

O governo de Dutra manteve-se aliado incondicional dos Estados Unidos na esperança de receber a ajuda considerada merecida (MOURA, 1990). No

segundo governo Vargas iniciou-se um processo reivindicatório, tentando reviver sem sucesso o período de barganha dos anos da II Guerra (HIRST, 2003).

Juscelino Kubistchek, com o lançamento da Operação Pan-Americana, tentou novamente chamar a atenção de Washington para a necessidade de sua ajuda no processo de desenvolvimento latino-americano, visto que o combate a pobreza estaria relacionado a um dos seus interesses vitais: o combate ao comunismo (MELLO E SILVA, 1992).

As tentativas de capitalizar apoio financeiro norte-americano para o projeto de desenvolvimento brasileiro foram infrutíferas (CERVO, BUENO, 2010). Jânio Quadros, ao assumir a presidência, lançou juntamente com o Chanceler Afonso Arinos (IDEM) a Política Externa Independente (PEI). Embora os Estados Unidos continuassem sendo o principal parceiro econômico-comercial brasileiro, o processo de desenvolvimento interno necessitava de insumos externos, como tecnologia, que este país não estava disposto a ceder (IDEM). Desta forma, a PEI iniciou o período em que a Política Externa Brasileira foi utilizada como forma de capitalização de recursos e criação de novas parcerias para a impulsão do desenvolvimento nacional.

O Golpe Militar de 1964 encerrou momentaneamente este período da Política Externa Brasileira. O Marechal Castelo Branco tentou reviver a parceria especial com os Estados Unidos, oferecendo a relativização da soberania nacional em troca de subsídios para o processo de desenvolvimento brasileiro (MARTINS, 1975).

Contudo, foi frustrado em suas expectativas. Já no governo Costa e Silva (1967-1969), o regime militar reconheceu a necessidade de uma Política Externa expansiva em busca de capitalização de recursos para o desenvolvimento. Durante os governos de Costa e Silva, Médici, Geisel, Figueiredo e até mesmo José Sarney, a Política Externa Brasileira vinculou-se ao projeto nacional-desenvolvimentista (CERVO, BUENO, 2010). A busca por novas parcerias econômicas não reduziu a importância dos Estados Unidos, mas esfriou as relações bilaterais (HIRST, 2009).

Com o desgaste do nacional-desenvolvimentismo, o governo Collor de Mello (1990-1992) repensou a Política Externa Brasileira (SALLUM, 2011). Paralelamente ao projeto de modernização e liberalização da economia nacional,

a Política Externa de Collor de Mello busca ser participativa nos fóruns internacionais, promovendo a aproximação brasileira dos EUA e da doutrina econômica então defendida, o neoliberalismo do “Consenso de Washington” - embora resguardando os interesses de desenvolvimento nacional, desta vez através de uma estratégia de “Inserção Competitiva” (SALLUM, 2011). Esta linha de Política Externa foi seguida tanto por Itamar Franco (1992-1994) como por Fernando Henrique Cardoso (VIGEVANI, OLIVEIRA, 2003).

O condicionante estrutural econômico mostra-se, desse modo, mais volúvel do que o condicionante estrutural geográfico. Porém, em análise retrospectiva, nota-se que é apenas a partir do momento em que o Brasil lança-se em um projeto de industrialização, ou seja, busca a superação da economia agroexportadora, que os atritos com os Estados Unidos na era Republicana se iniciam.

Também se deve destacar que o Brasil partiu em busca de novos parceiros econômicos apenas a partir do momento em que as tentativas de obter maior apoio de Washington se mostraram infrutíferas; que em todo o período do nacional-desenvolvimentismo os Estados Unidos mantiveram-se de vital importância para a economia brasileira; e que com a falência deste modelo, foi o primeiro país para qual o Brasil se voltou em busca de auxílio econômico e político.

As leituras feitas do relacionamento bilateral Brasil - Estados Unidos, o “Condicionante Político-Ideológico” é o elemento mais instável e variável no decorrer do tempo. Está associada às percepções de indivíduos e atores relevantes. Pode-se dividir, grosso modo, em posições pró-americanas e antiamericanas.

O posicionamento pró-americano nasce e se fortalece com o movimento Republicano na época do Império (HIRST, 2009). A aproximação dos Estados Unidos é vista como benéfica ao Brasil e elemento da modernização do país, em contraposição ao “atraso” representado pelas instituições Imperiais.

Ao longo do século XX, desde Rio Branco, passando por nomes como Monteiro Lobato, Oswaldo Aranha, Castello Branco e Fernando Henrique Cardoso, diversos atores políticos e personalidades da sociedade civil defenderam um vínculo mais estreito com os Estados Unidos, pois desse modo o

Brasil conseguiria o almejado desenvolvimento econômico-social, modernização da sociedade e a defesa de seus interesses estratégicos a nível regional e global.

Por outro lado, o antiamericanismo vê com ressalvas o relacionamento bilateral. Sua gênese encontra-se ainda no período Imperial. As diferenças culturais e, sobretudo, de regime, levavam aos pensadores da época a questionarem os benefícios de um relacionamento próximo com os Estados Unidos (CERVO, BUENO, 2010). O Brasil, pela sua identidade, dever-se-ia manter vinculado politicamente a Europa, mantendo não muito mais do que relações econômicas com os Estados Unidos (IDEM).

Após a queda da Monarquia e durante o período da Primeira República (1889-1930), a postura antiamericana perdeu força, visto que a complementaridade de interesses econômicos e estratégicos entre Brasil e Estados Unidos fortalecia naquele momento os atores pró-americanos. É neste período que Eduardo Prado publica o célebre manifesto antiamericano “A Ilusão Americana” (FERREIRA, 2008).

A partir de 1930, o projeto de industrialização (com a consequente ruptura de complementaridade de interesses econômicos) e a simpatia pelos regimes Fascista trazem a tona o ressurgimento do antiamericanismo no Brasil. Um grande escopo de ideologias e atores antagônicos compartilhava de algumas características básicas: forte sentimento nacionalista e desejo de melhor inserção econômica mundial através do desenvolvimento interno.

Os Estados Unidos eram descritos como elementos de “atraso” para o Brasil, pois “atrapalhavam” o processo de desenvolvimento brasileiro visando proteger seus próprios interesses econômicos (como em BANDEIRA, 2004). Uma interpretação mais branda considerava que os Estados Unidos poderiam ser parceiros importantes para o Brasil, porém mantido o distanciamento político, visto que a assimetria de poder entre as nações seria prejudicial aos interesses brasileiros.

O pensamento antiamericano no Brasil nunca levou a um embate direto entre as duas nações. Hirst considera que mesmo nos momentos mais frágeis, o relacionamento bilateral era caracterizado por uma “Indiferença Sútil” (HIRST, 2009), embora ainda no século XIX o Brasil tenha rompido as relações

diplomáticas com os Estados Unidos por duas vezes (BANDEIRA, 2004; GARCIA, 2005).

O antiamericanismo no Brasil, quando presente na política externa, esteve mais associado a um discurso reivindicatório do que a ataques diretos ou ruptura de relações diplomáticas e sempre esteve associado a posições nacionalistas e desenvolvimentistas. Os períodos nos quais teve mais proeminência no século XX provavelmente foram no segundo governo Vargas (1951-1954), Costa e Silva (1967-1969) e Geisel (1974-1979), momentos nos quais havia um choque de interesses entre as duas nações.

Portanto, estes três elementos expostos (Condicionante Estrutural Geográfico, Condicionante Estrutural Econômico, e Condicionante Político-Ideológico) devem ser levados em consideração na avaliação das relações bilaterais entre Brasil e Estados Unidos.

O condicionante estrutural geográfico torna praticamente impossível que um dos dois países ignore o outro em seus cálculos regionais e internacionais (HIRST, 2009). O condicionante estrutural econômico é outro fator de atração mútua, sobretudo para o Brasil, devido à importância dos Estados Unidos para o comércio e investimento nacional (IDEM).

Esses dois condicionantes demonstraram, pela avaliação histórica, grande estabilidade, de modo que os Estados Unidos estiveram sempre presente nos cálculos brasileiros na formulação de sua política externa (IDEM). As variações entre momentos de maior e menor aproximação estão mais relacionadas às modificações dos pensamentos e interpretações dominantes, representado pelo condicionante político-ideológico.

O embate entre posições pró-americanas e antiamericanas na história da Política Externa brasileira esteve circunscrito a defesa de uma maior aproximação com os Estados Unidos ou o afastamento em busca de maior autonomia. Embora o antiamericanismo no Brasil possa ter manifestações mais extremadas a nível social ou de discurso político de lideranças ou partidos, aplicado à Política Externa seu efeito mais notável foi a redução do diálogo, afastamento político e troca de acusações, como no governo Geisel (CERVO, BUENO, 2010).

No entanto, os Estados Unidos permaneceram como principal parceiro econômico do país e o afastamento político nunca levou a um confronto direto entre os dois Estados.

Comparando com as definições de antiamericanismo expostas no capítulo dois, nota-se que em termos de política externa, o fenômeno no Brasil não possuiu muito força. Qualitativamente, estaria no limiar entre o antiamericanismo social-cristão e o antiamericanismo soberano-nacional. Possui elementos de ambos, tais como a defesa dos mesmos valores liberais com uma interpretação diversa dos mesmos; e o repúdio aos Estados Unidos baseado em um forte sentimento nacionalista.

Contudo o antiamericanismo na política externa brasileira seria mais bem descrito como postura política contrária a vinculação estreita com os Estados Unidos por considerar esta prejudicial aos interesses de longo prazo do Estado brasileiro. Desse modo, os Estados Unidos são questionáveis como parceiro preferencial, embora não se chegue ao extremo de defender a completa desvinculação. Mesmo durante os governos Vargas e Costa e Silva, por exemplo, o Brasil sempre em último caso se manteve aliado aos Estados Unidos (CERVO, BUENO, 2010; MARTINS, 1975).

É dentro deste panorama histórico que se deve entender a afirmação de antiamericanismo no governo Lula. Pelas características descritas do antiamericanismo brasileiro em Política Externa, sua existência entre 2003 e 2010 seria identificável a partir da redução do diálogo entre os dois países, afastamento político na arena internacional e possível queda dos valores da balança comercial e do Influxo de Investimento Externo Direto. Uma confrontação mais ostensiva seria algo destoante do tradicional da Política Externa Brasileira e, portanto, constituiria um flagrante indício de antiamericanismo na PEB do governo Lula.

Desse modo, a partir da análise de dados selecionados propõe-se verificar até que ponto a Política Externa do governo Lula possui aspectos antiamericanos.

4 ANÁLISE FACTUAL

Como visto no capítulo anterior, a história da Política Externa Brasileira apresenta momentos de maior ou menor aproximação com Estados Unidos. Como ressalta Hirst (2003), mesmo nos períodos mais frágeis, o relacionamento bilateral nunca se deteriorou ao ponto de torna-se um enfrentamento direto, chegando no máximo a períodos de indiferença sutil (HIRST, 2003).

Por esses motivos, o conceito de antiamericanismo quando aplicado ao Brasil deve ser entendido com ressalvas. Embora em alguns momentos, como no governo de Geisel (1974-1979) o discurso diplomático brasileiro entrasse em choque com o dos Estados Unidos, a confrontação foi limitada ao campo discursivo, não chegando a haver, por exemplo, manifestações ostensivas de agressividade perante os símbolos norte-americanos.

Tendo como ponto de partida essas considerações históricas, a presente análise de dados buscará identificar a existência do antiamericanismo na Política Externa do Governo Lula. O capítulo anterior evidencia que os Estados Unidos, a partir do estabelecimento do regime republicano, sempre possuiu um alto grau de importância para o Brasil, tanto politicamente como economicamente. Desse modo, a queda acentuada deste país nos índices apresentados indicaria a existência do suposto antiamericanismo na Política Externa Brasileira para o período.

Para tanto, foram selecionados dados relacionados a aspectos políticos (Discursos Presidenciais, Votações na AGNU, Disputas na OMC) e econômicos (Comércio Bilateral - Importação e Exportação, e Influxo de IED). Os dados referentes ao governo Luís Inácio Lula da Silva serão analisados comparativamente com os dados do período presidencial de Fernando Henrique Cardoso. Ao proceder desta maneira, buscar-se evidenciar as possíveis rupturas/continuidades entre os dois governos.

Reitera-se que caso seja identificada uma ruptura nas relações bilaterais Brasil-Estados Unidos com a mudança de governo em 2003, e esta chegar próximo ou abaixo dos níveis históricos mais críticos do relacionamento, a hipótese de antiamericanismo na Política Externa do Governo Lula será validada.

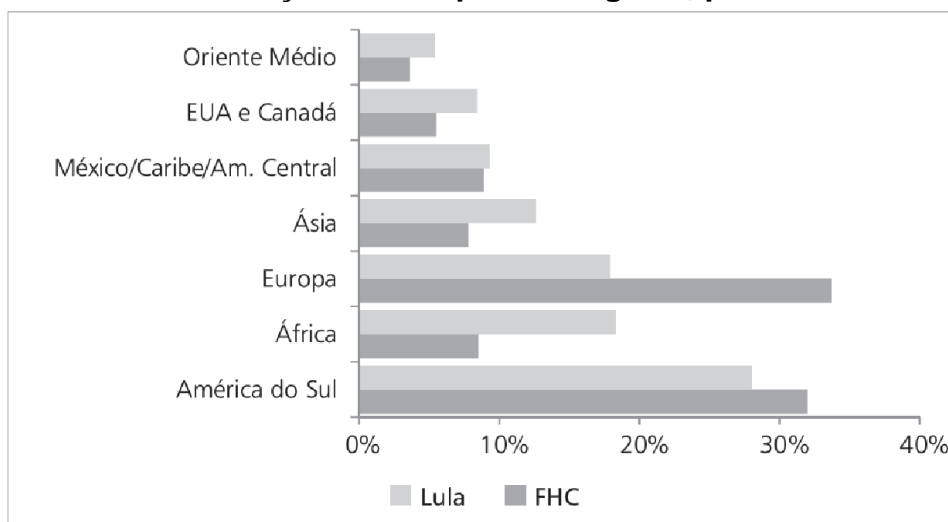
De outro modo, uma estabilidade nos número comprovaria uma continuidade em termos da práxis em Política Externa.

4.1 DISCURSOS PRESIDENCIAIS

Esta seção baseia-se no trabalho de VILELA e NEIVA, 2011. Os autores utilizam o método de Análise de Conteúdo (AC) aplicada a todos os discursos presidenciais oficiais em que foram feitas referências a Política Externa. São 253 discursos de Fernando Henrique Cardoso e 749 de Luiz Inácio Lula da Silva, totalizando 1.002 discursos. O número inferior de discursos de Fernando Henrique Cardoso, segundo os autores, não prejudica a análise já que o foco da questão está nas prioridades relativas de cada governante.

No Gráfico 1 abaixo, extraído do referido artigo, encontra-se a presença relativa das diversas áreas do mundo nos discursos presidenciais:

Gráfico 1 – Citações sobre países/ regiões, por FHC e Lula



Fonte: Retirado de VILELA e NEIVA, 2011, p. 80.

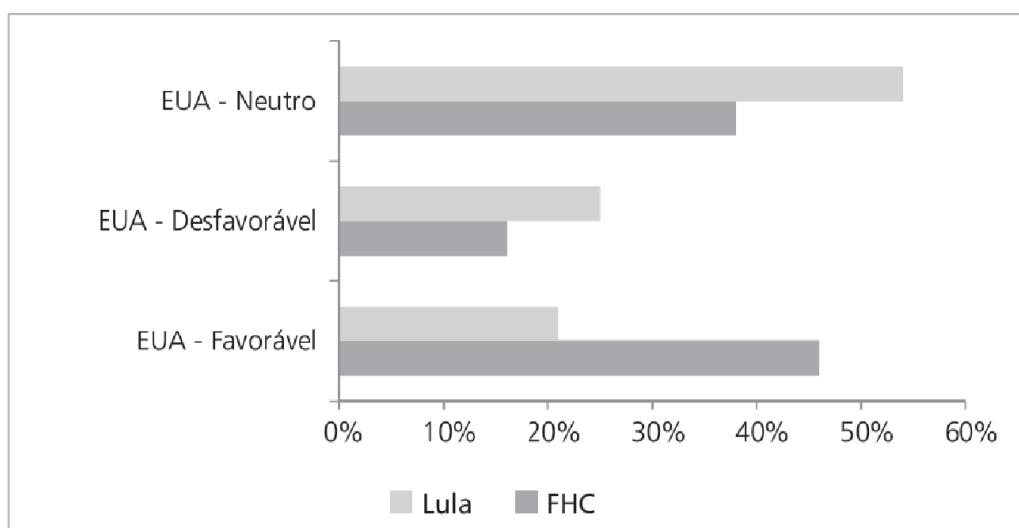
O Gráfico 1 mostra a presença das diversas áreas do Sistema Internacional nos discursos presidenciais oficiais. No geral, as mudanças mais significativas em termos percentuais são a queda da presença da Europa e o aumento da presença da África nos discursos de Lula. A América do Sul também apresenta uma pequena queda em relação ao governo Fernando Henrique Cardoso. As restantes regiões (Oriente Médio, EUA e Canadá, México/Caribe/América Central e Ásia)

foram também mais citadas por Lula do que por FHC. Isso indica, portanto, que a presença dos Estados Unidos no discurso político presidencial não diminui - pelo contrário, aumentou em comparação a administração anterior.

Porém, Vilela e Neiva consideram esta descoberta uma “surpresa” (VILELA, NEIVA, 2011, p. 81) visto que a partir da análise das ideologias partidárias dos presidentes, esperava-se encontrar justamente o contrário – a diminuição da menção aos Estados Unidos (e Canadá) nos discursos presidenciais de Lula (IDEM).

Por esse motivo, os autores elaboram uma análise específica sobre os discursos nos quais são feitas referências aos Estados Unidos, buscando identificar se sua menção aparece associada a termos favoráveis, neutros ou desfavoráveis. O resultado está demonstrando no Gráfico 2.

Gráfico 2 – Citações sobre os EUA, por FHC e Lula



Fonte: Retirado de VILELA e NEIVA, 2011: p. 81

Os dados do Gráfico 2 indicam que nos discursos de Lula, a presença dos EUA esteve associada majoritariamente a termos Neutros. Há uma proximidade entre os contextos em que os Estados Unidos estiveram associados a elementos Desfavoráveis e Favoráveis, mas o primeiro aspecto mostra-se mais presente do que o segundo.

Por sua vez, nos discursos de Fernando Henrique Cardoso, os Estados Unidos aparecem na maioria dos casos de forma Favorável. Em seguida,

aparecem os discursos Neutros e por fim, de modo minoritário, os discursos de teor Desfavorável.

A comparação dos dados para os dois presidentes demonstra que Fernando Henrique Cardoso possuía uma visão muito mais favorável aos Estados Unidos do que Luiz Inácio Lula da Silva, além do mesmo ter feito mais discursos no qual os EUA eram caracterizados de forma desfavorável. No governo de Lula, por sua vez, os Estados Unidos aparece na maioria das vezes associado a termos neutros. Desse modo, os Estados Unidos no governo Lula possuíam uma visão menos favorável por parte do presidente. Mas ao se sobressair discursos de caráter neutro e se considerar que a diferença entre os discursos favoráveis e desfavoráveis está em torno de 5%, este primeiro dado analisado não sustenta a afirmação de Abdnur e Paiva Abreu sobre o suposto antiamericanismo da política externa brasileira, pois não há uma tendência desproporcional a mencionar os Estados Unidos de forma Desfavorável - o que seria esperado em uma postura tipicamente antiamericana (como visto no Capítulo 2).

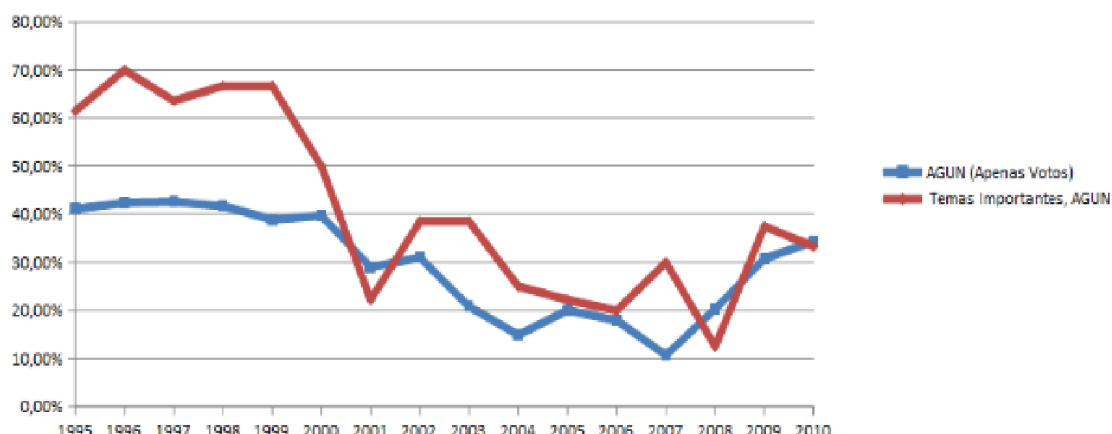
4.2 VOTAÇÕES NA ASSEMBLEIA GERAL DA ONU (AGNU)

As votações na Assembleia Geral da ONU, embora efetuadas em um âmbito de negociações multilaterais, oferecem a oportunidade de comparação das estratégias globais de Política Externa do Brasil e dos Estados Unidos. O que se põe em foco com esta série de dados é o grau de concordância com temas que transcendem as relações bilaterais entre ambos os países.

Vale ressaltar que os dados aqui analisados referem-se apenas àquelas votações nas quais não houve unanimidade. Buscar-se identificar o nível de Concordância entre o Brasil e os Estados Unidos nas votações nas quais houve diferenciação de posições na AGNU como um todo. Por Concordância entendem-se votos semelhantes das duas nações em uma mesma matéria.

O Gráfico 3 abaixo traz a representação visual dos dados referentes a Concordância entre os dois países.

Gráfico 3 – Concordância de Votos entre Brasil e Estados Unidos na AGNU.



Fonte: Elaboração Própria, a partir de relatórios do U.S Department of State, Bureau of International Organizations Affairs: Voting Practices in the United Nations, 1995-2010.

A Tabela A.A.1 do Apêndice A traz especificação dos dados referentes a todas as votações na Assembleia Geral das Nações Unidas nas quais não houve consenso, representada visualmente em Azul no Gráfico 3. A especificação dos dados em Vermelho, representação gráfica da Concordância para as Votações consideradas mais importantes na AGNU (segundo critérios do Bureau of International Organizations Affairs do Departamento de Estado dos Estados Unidos) encontra-se na Tabela A.I.2 do Apêndice A. Além disso, o Apêndice B lista os temas votados considerados importantes, ano a ano. Por fim, na Tabela A.A.3 do Apêndice A estão as porcentagens de concordância tanto das Votações Gerais como as das Votações Importantes.

4.2.1 Concordância de Votos – Votações Gerais

A partir da visualização do Gráfico 3 e dos dados da Tabela A.I.1 nota-se que a Concordância das votações brasileiras na Assembleia Geral da ONU até 2000 apresenta uma certa estabilidade, sempre rondando os 40%. Nos dois últimos anos do governo de Fernando Henrique Cardoso (2001 e 2002), há uma queda de Concordância para o patamar dos 30%.

A ascensão de Lula à Presidência em 2003 também coincide com uma nova queda na Concordância entre os dois países, chegando ao patamar dos 20% neste ano e 15% em 2004, voltando em 2005 e 2006 à faixa dos 20%. Em

2007 encontra-se o menor valor de Concordância para o período, 10%. Após este ano, os índices de Concordância aumentam nos anos seguintes: 20% para 2008, 30% para 2009 e 34% em 2010, sendo os melhores índices de Concordância dos mandatos de Lula e superiores ao encontrado nos dois últimos anos do governo de Fernando Henrique Cardoso.

Nitidamente nota-se que o nível de concordância brasileiro com os Estados Unidos nas votações da AGNU chegou a patamares mais baixos no governo Lula do que no governo FHC. Porém, a curva decrescente de Concordância inicia-se ainda no governo Fernando Henrique, na comparação entre os índices de 2000 e 2001. De fato, acentua-se no governo Lula, chegando a menor taxa em 2007. Porém, os três últimos anos deste presidente apresentam melhoras constantes nos dados.

Portanto, embora haja sim um maior distanciamento brasileiro dos Estados Unidos na Assembleia Geral das Nações Unidas, é questionável que este fato indique a existência do antiamericanismo na política externa brasileira do governo Lula. O decréscimo de Concordância inicia-se ainda no governo Fernando Henrique Cardoso e encerra-se três anos antes do término do mandato de Luiz Inácio Lula da Silva.

Este decréscimo da concordância parece estar vinculado, temporalmente, a outros fatores, tal como o período presidencial de George W. Bush (2000-2008), corroborando assim a hipóteses de Moniz Bandeira de que na presidência de Bush houve um distanciamento entre as duas nações (BANDEIRA, 2004).

4.2.2 Concordância de votos – votos importantes

Nos relatórios anuais do *Bureau of International Organizations Affairs: Voting Practices in the United Nations*, são especificados uma série de temas postos para votação na AGNU que são considerados de maior importância para a defesa dos interesses do governo Norte-Americano. A lista destes temas está presente no Apêndice B

A linha Vermelha do Gráfico 3 e a Tabela A.A.2 do Apêndice A contém estes dados para o período. No governo FHC a concordância em votações importantes estava em um patamar muito superior ao da concordância nas

votações gerais, variando entre 60% e 70% até 1999. Há uma queda significativa em 2000, para 50%, mas que ainda era superior ao índice para as votações gerais. Em 2001 a tendência é acentuada, chegando a apenas 22%, sendo a primeira e única vez no governo FHC que a concordância nas votações importantes foi menor do que a nas votações gerais, pois em 2002 há uma recuperação para os 38%. De qualquer modo, a Política Externa do governo Fernando Henrique Cardoso nas Nações Unidas coincidia menos com os Estados Unidos no final do governo, em comparação com os anos iniciais de mandato.

Em 2003, no primeiro ano do governo Lula, a concordância em temas importantes mantém o mesmo patamar do ano anterior. A tendência de queda é retomada entre 2004 e 2006, com índices de 25% (2004), 22%(2005) e 20% (2006). No segundo mandato de Lula, há uma variação maior, com dois anos de recuperação (2007, com 30% e 2009, com 37,5%) e de queda (2008, com 12,5% e 2010, com 33,5%).

O maior e menor índice de concordância está em anos consecutivos (maior em 2009, menor em 2008). O maior índice, de 37,5% em 2009 aproxima-se do patamar encontrado no início do seu governo, sendo inclusive superior ao índice para o ano de 2001. E apenas em 2008 a concordância para temas importantes foi menor do que a concordância para as votações gerais.

Tal como nas votações gerais, os dados das votações para temas importantes indica que a Política Externa do governo Lula teve, em geral, menos pontos de coincidência com os Estados Unidos. Porém, a tendência de afastamento inicia-se novamente ainda no governo de Fernando Henrique Cardoso. Na verdade, as variações de concordância no governo Lula estiveram dentro do patamar dos dois últimos anos do governo Fernando Henrique Cardoso (entre os 20% e 40%), com a exceção do ano de 2008. Há também um aumento de Concordância no final do governo.

Novamente o maior distanciamento brasileiro dos Estados Unidos, desta vez em relação às votações importantes não parece indicar a existência do antiamericanismo. O que se encontrou, na verdade, foi uma tendência de maior distanciamento já iniciada em Fernando Henrique Cardoso, acentuada no meio do governo Lula e o início de uma nova tendência de recuperação nos anos finais.

A análise destes dados indica, deste modo, que embora os dois países tenham se distanciado, o motivo provavelmente não reside em um suposto antiamericanismo na Política Externa de Lula, visto que o distanciamento inicia-se no governo anterior e uma nova fase de aproximação de posições insinua-se ainda no governo Lula.

4.3 DISPUTAS NA ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO COMÉRCIO

Os Estados-Membros da Organização Mundial do Comércio (OMC) possuem a sua disposição um Mecanismo de Resolução de Controvérsias destinado à solução pacífica de disputas sobre temas comerciais. Caso algum Estado-membro identifique que está sendo lesado por outro, devido ao não cumprimento das normas acordadas pelo Regime Internacional de Comércio, pode iniciar uma ação junto a Organização. Esta irá avaliar o caso através da formação de um Painel de Consulta.

Como visto no Capítulo 3, as relações comerciais entre Brasil e Estados Unidos possuíram diversos temas de atrito, tais como os Direitos de Propriedade Intelectual para Farmacêuticos e Informática na década de 1980 (CERVO, BUENO, 2010). Com a criação da OMC, muitas destas disputas que eram travadas fora da Organização foram levadas ao Mecanismo de Resolução de Controvérsias.

Portanto, a análise das disputas levadas a OMC é essencial para a verificação da existência do “antiamericanismo” na Política Externa do governo Lula. Visto que a Organização Mundial do Comércio inicia suas atividades em 1995, primeiro ano de Fernando Henrique Cardoso na Presidência, esta análise de dados abarca os anos iniciais da atuação brasileira junto à OMC.

Tabela 2 - Casos de reclamações na OMC partindo do Brasil, contra os EUA, (dividido por períodos).

Período	1995-1998	1999-2002	2003-2006	2007-2010	Total
Início	1 DS4	7 DS217, DS218, DS224, DS239, DS250, DS259, DS267.	0	2 DS365 DS382	10
Término	1 DS4	0	3 DS217, DS250,DS259	0	4

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da OMC(Map of Disputes Between WTO Members).

A Tabela 2 lista todas as disputas abertas pelo Brasil contra os Estados Unidos na Organização Mundial do Comércio entre 1995 e 2010. Os casos estão divididos em quatro períodos que correspondem aos mandatos presidenciais de FHC e Lula. A segunda linha corresponde ao ano de abertura da disputa e a terceira linha, o ano de sua resolução. Não se especifica, contudo, qual o tipo de solução foi adotada. No Apêndice C estão listados todos os casos presentes na Tabela 2, com sua nomenclatura, data de início, *status* do processo e, quando cabível, data do término do mesmo.

A análise dos dados da Tabela 1 mostram que durante o governo Fernando Henrique Cardoso foram iniciadas 8 disputas contra os Estados Unidos, e apenas o caso DS4 obteve seu desfecho ainda durante o mandato de FHC. Por sua vez, durante o governo Lula, foram iniciadas duas disputas (DS365 e DS382). Nenhuma delas teve sua resolução ainda no seu governo. Porém, três disputas iniciadas no governo anterior (DS217, DS250 e DS259) foram encerradas ainda no primeiro mandato de Lula.

Embora as disputas na Organização Mundial do Comércio estejam relacionadas as práticas econômicas que ferem o regime internacional de comércio, caso houvesse um antiamericanismo na Política Externa do governo Lula, uma hipótese plausível seria a do aumento das disputas com os EUA. Pode-se alegar que as contendas necessárias para atender os interesses concretos do Brasil já haviam sido feitas no governo Fernando Henrique. Por seu caráter de

mais difícil resolução, foram herdadas pelo governo Lula, que por sua vez possuiria menos casos para reclamação junto à OMC.

Porém, como visto no Capítulo 2, o antiamericanismo é, sobretudo, uma atitude política que não corresponde diretamente aos fatos concretos. Deste modo, seria esperado que uma Política Externa verdadeiramente antiamericana lograsse aumentar as áreas de atritos com o país, mesmo sem um motivo empírico real.

A análise dos dados verifica justamente o contrário. Não só menos disputas foram iniciadas no governo Lula, como também mais disputas foram solucionadas. Isto indica que, ao menos no nível das Disputas Bilaterais na OMC, não há indício de antiamericanismo na Política Externa do governo Lula.

4.4 IMPORTAÇÕES E EXPORTAÇÕES

Como descrito por Hirst (2009) e Bueno e Cervo (2010), as relações econômicas e comerciais constituem um dos aspectos mais importantes no relacionamento bilateral entre Brasil e Estados Unidos. Na verdade, a vinculação econômica com os Estados Unidos é de grande importância para entender a história das Relações Internacionais brasileiras e o projeto de desenvolvimento nacional (CERVO, BUENO, 2010).

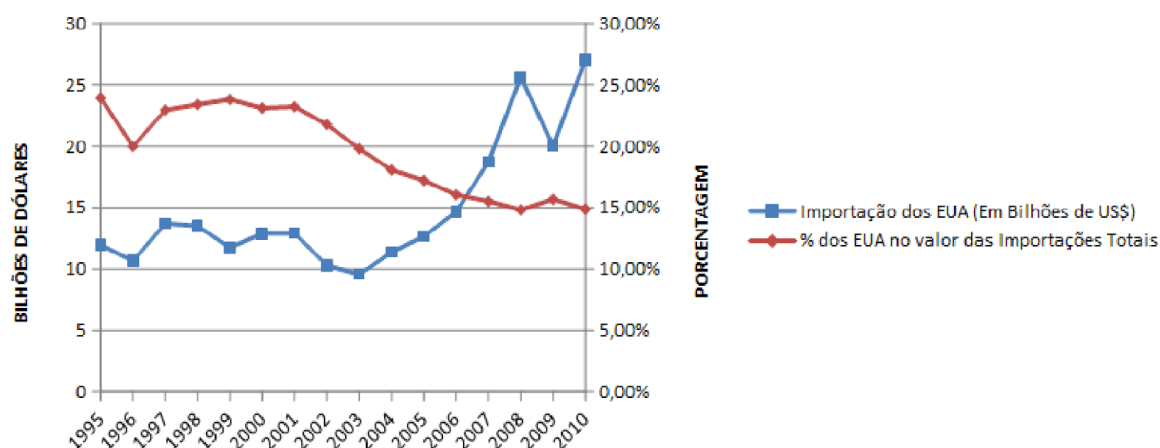
Como visto no Capítulo 3, desde que os Estados Unidos superaram a Inglaterra como maior parceiro comercial e econômico do Brasil, no início do século XX, eles nunca perderam a primazia, embora tenha enfrentado certos períodos de competição um pouco mais acirrada (como na década de 1930, na qual a Alemanha se mostrou uma alternativa para o Brasil).

Também se deve ressaltar, corroborando o exposto no Capítulo 3, que mesmo nos momentos em que as relações bilaterais estiveram mais frágeis, nunca o Brasil deixou de ter os Estados Unidos como o seu principal parceiro econômico-comercial.

Pelos aspectos de irracionalidade do antiamericanismo expostos no Capítulo 2, uma Política Externa antiamericana provavelmente condicionaria uma queda acentuada no comércio bilateral, mesmo que isto acarretasse prejuízos para o país.

O Gráfico 4 abaixo traz os dados referentes as Importações Totais Brasileiras FOB dos EUA (em azul) e o percentual correspondente destas importações comparado as Importações Globais.

Gráfico 4 – Importações Brasileiras dos EUA: Valor Total e Porcentual.



Fonte: Elaboração Própria a partir dos dados obtidos no Portal Alice Web 2 do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio.

O Apêndice D a Tabela A.D.1 traz a especificação dos dados do Gráfico IV. Na análise conjunta dos dados do Gráfico 4 e da Tabela A.D.1 verifica-se que as Importações brasileiras dos EUA, entre 1995 e 2002 variaram entre 10,3 bilhões de US\$ e 13,71 bilhões de US\$. A partir da posse de Lula, em 2003, há um aumento constante dos valores de importação ano a ano, com a exceção de 2009. Em 2010 o Brasil importou 27,04 bilhões de US\$ dos EUA, maior valor para o período.

Em contrapartida, o peso relativo das importações norte-americanas, que se manteve estável no governo Fernando Henrique Cardoso, variando em torno dos 23%, inicia um movimento de queda a partir de Lula. Ano a ano, o percentual de importações brasileiras originárias dos EUA diminui, chegando à apenas 14,82% em 2008, embora no período 2006-2010 tenha-se mantido estável, variando entre 14,8% e 16,1%.

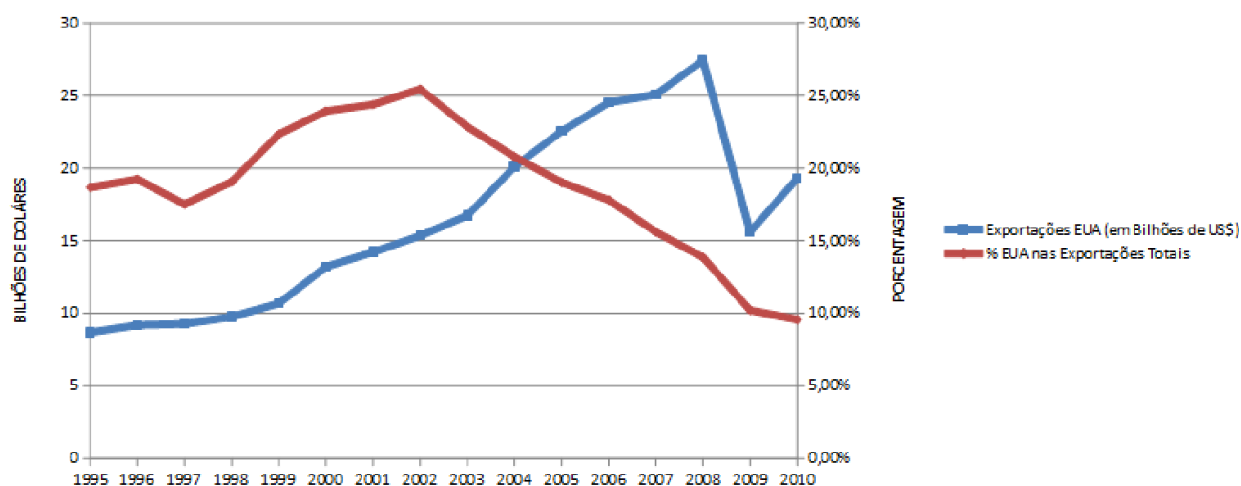
A redução da importância relativa das Importações Norte-Americanas para o Brasil não relaciona-se com a queda do valor das importações, pelo contrário, conecta-se com um período de aumento deste valor. Isto se explica, de acordo

com os dados da Tabela A.D.1, pelo aumento mais acelerado do valor das Importações Globais do que o das Importações Norte-Americanas.

O valor total das importações aumentou 276,10% entre 2003 e 2010, enquanto o valor das Importações dos EUA aumentou 182,55% no mesmo período. Os valores do aumento são elevados em ambos os casos, mas a diferença de 93,55% entre as taxas de aumento explica a diminuição do valor relativo das importações norte-americanas.

O Gráfico 5 a seguir corresponde aos dados sobre as Exportações FOB Brasileiras para os Estados Unidos em Bilhões de US\$.

Gráfico 5 – Exportações Brasileiras aos EUA: Valor Total e Porcentual.



Fonte: Elaboração Própria a partir dos dados obtidos no Portal Alice Web 2 do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio.

A Tabela A.D.2 do Apêndice D especifica os números retratados no Gráfico 5. A análise dos dados da Tabela A.D.2 representada pelo Gráfico 5 mostra que desde do início da série temporal analisada (1995) houve um aumento constante do valor das Exportações Brasileiras para os Estados Unidos.

Durante o governo Fernando Henrique Cardoso este aumento sempre esteve acima dos 5% ao ano, chegando ao ápice em 2000 com um aumento do valor das exportações em 23,55%. O aumento do valor das Exportações Brasileiras ocorreu paralelamente ao aumento da importância relativa destes valores, aumento, de 18,67% em 1995 para 25,44% em 2002, com apenas um ano de retrocesso (1997, chegando a 17,51% após representar 19,23% em 1996).

No decorrer do governo Lula, de 2003 a 2008, o crescimento do valor das exportações não só se manteve como acelerou. A não ser em 2007, ano no qual o aumento foi de apenas 2,2%, nos anos restantes o crescimento do valor das exportações esteve acima dos 8,8%, alcançando o pico de 20,15% já em 2004. Em 2009 ocorre uma forte retração de 43,11%, provavelmente em consequência da Crise Financeira que eclodira no ano anterior. Em 2010 a recuperação de 23,75% não foi suficiente para alcançar o maior patamar do período, os 27,42 bilhões de US\$ em 2008. De qualquer modo, mesmo após a queda de 2009, em 2010 o Brasil exportava 15,42% a mais do que em 2003. Em termos de importância relativa, apesar do aumento do valor das Exportações, a participação do mercado norte-americano diminuiu ano a ano no governo Lula, chegando ao piso de 9,56% em relação ao Total em 2010.

Assim como no concernente as Importações, o motivo reside no aumento mais acelerado das Exportações Globais. A partir dos dados da Tabela A.D.2, verifica-se que no mesmo período o aumento para as Exportações globais alcançou 175,85%, incluído nisto a recessão de 22,71% em 2009.

Outro aspecto importante a ressaltar é que após a queda de 2009, as Exportações Globais do Brasil se recuperaram melhor do que as exportações para os Estados Unidos, superando o maior valor alcançado em 2008. Desse modo, a queda do valor relativo das Exportações para os Estados Unidos não parece ter sido ocasionada por elementos antiamericanos na Política Externa e sim pelo maior aumento do valor das exportações brasileiras para outros destinos.

Portanto, na análise dos números referentes ao comércio bilateral não há, novamente, indícios de atitudes antiamericanas na Política Externa do governo Lula. Embora tenha havido, de fato, uma redução da importância relativa dos Estados Unidos para o Brasil tanto nas Importações como nas exportações, este fenômeno parece estar mais relacionado com uma diversificação dos parceiros comerciais e o maior aumento relativo dos valores das Importações e exportações globais.

4.5 INFLUXO DE INVESTIMENTO EXTERNO DIRETO

O Influxo de Investimentos Externo Direto (IED) é historicamente um tema de grande relevância política nas relações bilaterais Brasil-EUA. Como visto no capítulo 3, o processo de desenvolvimento brasileiro precisou, em vários momentos, de investimento externo para poder concretizar-se. As debilidades estruturais e econômicas do Brasil, entre elas a deficiência em gerar uma poupança interna suficiente para as inversões, tornaram necessária a participação internacional neste processo, com os Estados Unidos assumindo o papel de grande parceiro.

Por esse motivo, a busca por IED estadunidense foi, em diversos momentos tema prioritário da Política Externa Brasileira, como no final do primeiro governo Vargas (1939-1940); governo Dutra (1946-1950), JK (1956-1960) com o lançamento da Operação Pan-Americana (OPA).

Em contrapartida, os Estados Unidos incentivaram em diversas ocasiões, desde a “Aliança para o Progresso” do presidente J.F. Kennedy, passando pelo “Plano Brandy” na década de 1980 até as políticas neoliberais do “Consenso de Washington” na década de 1990, práticas por eles consideradas adequadas para a atração do IED.

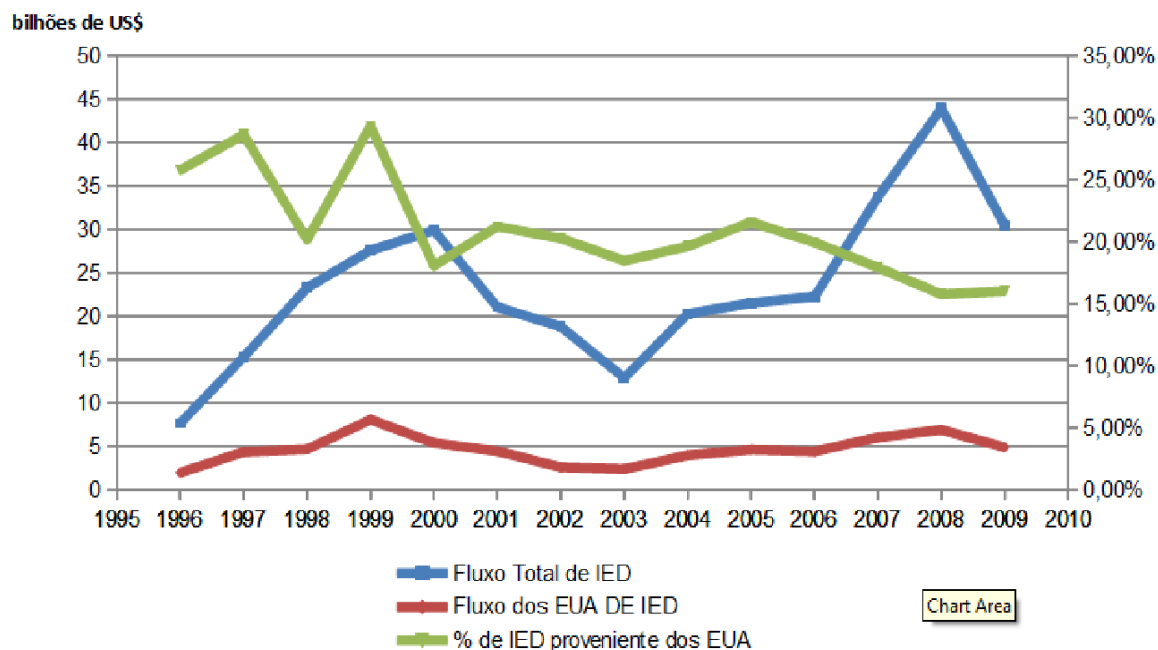
Na verdade, Washington priorizava o fluxo de Investimento Externo Direto Privado, de modo que incentivava práticas macroeconômicas visando não só a estabilidade do país, mas também condições vantajosas para as Companhias Norte-Americanas, tais como a desregulamentação para o envio de remessas de lucro para a matriz (CERVO, BUENO; 2010).

O fluxo de Investimento Externo Direto mostra-se uma área sensível às políticas de governo. Visto que as empresas buscam investimentos seguros e rentáveis, a postura de determinado governo poderia desestimular o fluxo de capitais.

Sendo assim, um governo de características antiamericanas provavelmente induziria a redução do fluxo de IED norte-americano devido aos maiores riscos para as corporações deste país, tais como a desapropriação e nacionalização. Talvez, mais importante do que a existência concreta de políticas antiamericanas no governo, seja a crença dos investidores nesta percepção.

Dito isso, o Gráfico 6 abaixo traz a representação gráfica dos dados contidos na Tabela A.E.1 do Apêndice E.

Gráfico 6 – Fluxo de IED para o Brasil (Norte-Americano e Global), em Bilhões de US\$ e Porcentagem relativa ao fluxo de IED norte-americano.



Fonte: Elaboração Própria a partir de dados Disponibilizados pelo Banco Central do Brasil.

No Gráfico 6, a linha azul representa o Influxo Global de IED para o Brasil, a linha vermelha o Influxo Norte-Americano e a linha verde a porcentagem do Influxo de IED oriundos dos Estados Unidos em relação ao Influxo Global. Deve-se observar que o tanto o Gráfico 6 como a Tabela A.E.1 não abarcam todo o período presidencial nem de Fernando Henrique Cardoso (faltando para este os dados referentes a seu primeiro ano de governo, 1995) nem de Luiz Inácio Lula da Silva (com a ausência dos dados para 2010, último ano de seu mandato).

De todo modo, a ausência destes dados não impossibilita a análise, tanto por o período para ambos os presidentes ser o mesmo (sete anos) como por a avaliação dos dados estar pautada nas tendências demonstradas durante o período de governo como um todo. Faltando o primeiro e último ano, não se perde a consistência em termos do desenvolvimento do Influxo de IED durante os mandatos.

O Influxo de IED estadunidense mantém-se constante durante todo o período de análise, variando entre 2 e 8 bilhões de US\$. Porém, tanto o ano com menor influxo de IED norte-americano (1996, com 1,98 bilhões de US\$) como o com maior (1999 – 8,09 bilhões de US\$) se encontram no governo Fernando Henrique Cardoso, em um intervalo de apenas dois anos. A variação do Influxo de IED norte-americano no governo Lula esteve entre 2,38 bilhões de US\$ em 2003 e 6,92 bilhões de US\$ em 2008. Na verdade, o valor de 2003 destoa do restante do período, que esteve sempre em ou acima dos 4 bilhões de US\$.

Neste aspecto, não se diferencia substancialmente dos números encontrados para o governo Fernando Henrique, que com exceção dos piores anos (1996 e 2001) manteve-se em ou acima do patamar dos 4,5 bilhões de US\$. Também deve-se considerar que o pior ano para o IED norte-americano no governo Lula foi o primeiro. Logo após, o país recupera-se, tendo uma pequena queda em 2006 seguida por dois anos de recuperação e vivenciando uma nova queda em 2009.

O Influxo Global de IED possuiu um comportamento menos constante do que o norte-americano, embora com uma tendência de crescimento. Até 2000, seu valor elevou-se de 7,67 bilhões de US\$ em 1996 para 29,88 bilhões de US\$, um crescimento de 289,57%. Os três anos seguintes são de queda, chegando ao valor de apenas 12,9 bilhões de US\$ em 2003, um decréscimo de 56,83% em relação a 2000. A partir de então, o Fluxo de IED volta a crescer constantemente até 2008, chegando aos 43,89 bilhões de US\$, aumento de 240,23% em relação a 2003 e 46,89% em relação a 2000. No período, houve taxas expressivas de crescimento, como em 2004 (57,07%), 2007 (51,61%) e 2008 (30,21%). Em 2009, uma queda de 30,63% baixa o valor do IED Global para os 30,44 bilhões de US\$. Esses números mostram que o comportamento do IED Global seguiu quatro fases distintas: de forte crescimento até o ano 2000; de retração entre 2001 e 2003, nos últimos anos do governo FHC e no primeiro ano do governo Lula; recuperação e aceleração do crescimento de 2004 a 2008; nova queda em 2009, embora mantivesse o mesmo nível de 2000.

O valor percentual do Investimento Externo Direto Norte-Americano, de forma geral, decaiu no período em análise. Porém, esta queda não foi constante, variando em decorrência do comportamento do IED Global. Por vezes, a

participação relativa do IED norte-americano aumentava em anos de aumento do IED Global; por outras, diminuía. De todo modo, a diminuição da importância relativa do IED norte-americano está relacionada ao aumento mais acentuado do IED Global: entre 1996 e 2009 houve um aumento de 146,97% no IED norte-americano, enquanto o IED Global aumentou no mesmo período 296,87%.

Portanto, a partir dos dados do Investimento Externo Direto, não é possível identificar elementos de antiamericanismo no governo Lula. Não houve uma retração do IED do país, como seria de se esperar no caso da existência do antiamericanismo, e sim um aumento. A perda de importância relativa está associada ao aumento de importância do IED Global.

4.6 CONSIDERAÇÕES SOBRE OS DADOS EXPOSTOS.

A partir dos dados expostos e da análise efetuada, não foi possível identificar indícios de uma postura antiamericana no Governo Lula e em sua Política Externa.

Tratando-se dos dados Políticos, duas considerações devem-se ser feitas. Sobre os Discursos Presidenciais, nota-se claramente que os Estados Unidos aumentam sua presença. Porém são abordados de forma mais crítica do que no governo Fernando Henrique Cardoso, que nutria uma visão mais positiva do país. Nas Votações na AGNU, tanto as Gerais como as Importantes, também há um distanciamento do Brasil para com os Estados Unidos. Porém, este distanciamento inicia-se ainda em Fernando Henrique Cardoso e chega ao fim antes do término do mandato de Lula.

A maior criticidade aos EUA no discurso de Lula e a diminuição da concordância de votos na Assembleia Geral das Nações Unidas parecem estar relacionadas não a uma postura antiamericana e sim a outros fatores. Deve-se considerar que o início da tendência de afastamento político dos EUA na ONU inicia-se em 2000, ano em que George W. Bush assume a Presidência do país.

Este presidente adota uma postura diversa do Bill Clinton, inclusive promovendo a polêmica doutrina do “Ataque Preventivo” e iniciando as impopulares guerras do Afeganistão e do Iraque, pondo em risco até mesmo a

estrutura das Nações Unidas pelo desrespeito as Resoluções do Conselho de Segurança (BANDEIRA, 2004).

Por outro lado, Bill Clinton durante seus anos de governo (1993-2000) possuiu uma postura mais participativa, privilegiando os mecanismos multilaterais e o diálogo internacional (IDEM). Deste modo, não seria ousado supor que o maior distanciamento e criticismos da Política Externa Brasileira no governo Lula foi responsivo a Política Externa de caráter mais unilateral praticada no governo Bush (IDEM).

Tratando-se das disputas comerciais no âmbito da Organização Mundial do Comércio, deve-se considerar que o governo Lula envolveu-se em menos disputas do que o governo Fernando Henrique Cardoso.

Nas relações comerciais, tanto as Importações quanto as Exportações apresentaram um padrão de crescimento constante do valor real. A diminuição da importância relativa dos EUA nestes aspectos está relacionada ao maior aumento dos valores das Importações e Exportações com outros parceiros. O único período de queda verificado, 2009, está certamente mais relacionado aos impactos imediatos da Crise Financeira de 2007-2008. Tanto é assim que já em 2010 os valores iniciam um processo de recuperação.

Por fim, o IED norte-americano no Brasil possui uma grande estabilidade entre 1996 e 2009. Considerando ainda que o período das privatizações, no qual houve um grande Influxo de IED (até 2000) ocorreu ainda em Fernando Henrique Cardoso, a manutenção do nível de Investimento Externo Norte-Americano torna-se ainda mais notável.

Os dados empíricos, deste modo, invalidam a tese da existência de um antiamericanismo da Política Externa do governo Lula, pois em termos de resultados concretos no relacionamento bilateral com os Estados Unidos, não houve influência identificável. O que ocorreu foi à diminuição da importância relativa em termos econômicos (em paralelo ao aumento dos valores das interações econômicas), um aumento da importância relativa de outros países para as relações comerciais e atração de IED e uma atitude mais crítica nas questões políticas.

4.7 ANTIAMERICANISMO À BRASILEIRA?

Embora o presente trabalho não tenha identificado a incidência de uma postura antiamericana na Política Externa do governo Lula, o panorama histórico apresentado no Capítulo 3 aponta que tal linha de pensamento não esteve de todo ausente do debate político brasileiro. Como afirma Hirst, as relações bilaterais Brasil-EUA nunca ficaram abaixo de um limiar de “Indiferença Sutil”. Os períodos de oscilação entre movimentos de afastamento e aproximação dos EUA indicam que não há consenso tanto nas avaliações das relações bilaterais como na práxis diplomática.

Sendo assim, as correntes de pensamento antiamericano devem ser observadas com maior atenção. A história da Política Externa Brasileira, como descrita no Capítulo 3, mostra que se o discurso antiamericano nunca foi adotado na prática da Política Externa Brasileira, sua existência e persistência como discurso presente em parcela da sociedade o torna essencial para a análise dos argumentos de grupos e atores engajados no debate público sobre as relações internacionais do país.

Desse modo, a identificação do tipo de antiamericanismo predominante na sociedade brasileira mostra-se passo fundamental para uma melhor compreensão do fenômeno. Esta importante análise para a correta compreensão do antiamericanismo no Brasil necessita de um trabalho sociológico de maior envergadura e profundidade, ultrapassando os limites desta monografia. Reconhecida a necessidade de aprofundamento no tema e a impossibilidade de fazê-lo aqui, o que segue é uma hipótese baseada na tipologia formulada por Katzenstein e Keohane (2007), a ser comprovada ou rejeitada em trabalhos futuros.

A categoria do antiamericanismo liberal dificilmente corresponderia ao caso brasileiro. Nesta, há uma aceitação prévia dos valores associados aos EUA, como livre mercado, liberalismo econômico, etc e a reivindicação de um maior engajamento nos mesmos. Embora tais fatores sejam desejados por parcela da população brasileira, não são compartilhados pelos pensadores e ativistas antiamericanos no Brasil; pelo contrário, são justamente os motivos pelos quais há a rejeição da aproximação com os Estados Unidos.

No outro extremo do espectro, há o antiamericanismo radical. Embora não de todo ausente do cenário político brasileiro, sobretudo através de manifestantes alinhados a uma esquerda mais radical, tal modalidade não se apresenta como dominante na sociedade brasileira. A rejeição aos Estados Unidos não chega ao ponto, no Brasil, de se organizarem boicotes aos produtos culturais ou tecnológicos ou a defesa séria de uma guerra contra o país.

Restam, portanto, o antiamericanismo social-cristão e o antiamericanismo soberano-nacional. As evidências apontam que os movimentos e pensadores brasileiros de cunho antiamericano se encontrem neste limiar.

Do antiamericanismo social-cristão surge a aceitação das práticas liberais, mas a discordância na maneira de utilizá-las. Pode-se exemplificar esse argumento remontando as discussões comerciais, como a ALCA, ou nas relações hemisféricas, como o diferente posicionamento brasileiro e norte-americano com relação à Venezuela. Em ambos os casos, os governos argumentaram defender os mesmo princípios (liberalismo econômico e democracia, respectivamente), mas adotaram diferentes formas de definição para os termos, com implicações políticas diversas.

Tratando-se do antiamericanismo soberano-nacional, sua manifestação mais forte provavelmente se encontra no período do Regime Militar (1964-1985) sem, contudo, estar limitada a ele. O traço a ser ressaltado deste tipo de antiamericanismo na sociedade brasileira é a exaltação do nacional, desde a cultura até o povo e a língua; e a categorização dos EUA como possível ameaça a soberania nacional.

Bandeira exemplifica esta categoria discursiva com os casos em que cita a ameaça norte-americana a integridade territorial brasileira na Amazônia, além da iniciativa de Washington de enfraquecer as forças armadas nacionais (BANDEIRA, 2004). Há, nesta abordagem, a identificação dos EUA como fator problemático no processo de desenvolvimento econômico e consolidação do Estado brasileiro (um exemplo deste tipo de argumentação também pode ser encontrado em BANDEIRA, 1995).

Entretanto, subjacente aos motivos expostos, deve-se considerar também um terceiro tipo de antiamericanismo, o antiamericanismo de legado, que sugere o surgimento da aversão pelos EUA por motivos históricos. Embora os EUA

nunca tenham agido militarmente no Brasil, as relações entre os dois países tornaram-se mais assimétricas com o tempo, devido ao rápido desenvolvimento norte-americano e o relativo atraso do desenvolvimento brasileiro. Este fenômeno resulta uma espécie de ressentimento do sucesso norte-americano (tal como teoriza REVEL, 2003 e HOLLANDER, 2004) por parte da sociedade brasileira, que presenciou o aumento gradual da diferença de poder e importância no Sistema Internacional entre os dois países.

Pela argumentação desenvolvida acima, nota-se que três categorias de antiamericanismo possuem presença identificável no discurso político brasileiro. Resta, portanto, determinar qual delas é mais adequada para a análise do antiamericanismo no Brasil. Embora as três categorias possam explicar parte do fenômeno, em separado parecem insuficientes para um estudo abrangente e aprofundado do tema.

Ater-se apenas a uma das tipologias pode desconsiderar elementos importantes presentes nas outras abordagens. Como alternativa, a mescla das três perspectivas, tendo como ponto de partida o caso brasileiro, pode resultar em uma nova categoria analítica mais adequada. Propõem-se, portanto, a adição, com caráter de hipótese, de uma categoria de antiamericanismo a tipologia formulada por Keohane e Katzenstein (2007): o antiamericanismo relacional.

Pensado a partir do caso brasileiro, esta categoria não se restringe unicamente ao país. Suas características seriam a junção seletiva de aspectos dos antiamericanismos social-cristão, nacional-soberano e de legado: diferenças de abordagens para os mesmos valores liberais, fundamentação em traços culturais e sociológicos diversos do estadunidense, nacionalismo e necessidade de fortalecimento do Estado, histórico de relações bilaterais insatisfatória com os Estados Unidos.

Portanto, seria uma categoria de antiamericanismo relacionada à construção ou fortalecimento de um Estado por meio de políticas liberais não totalmente alinhadas as práticas norte-americanas e que responsabiliza as fraquezas do projeto ou a incapacidade de atingir suas metas no relacionamento com os EUA, podendo mesmo responsabilizar este país pelo possível fracasso.

A argumentação para tal modalidade de antiamericanismo estaria inserida, por exemplo, em discursos que culpam os Estados Unidos pelo atraso no projeto

desenvolvimento brasileiro ou, de forma mais branda, considera que se Washington tivesse agido de forma mais amigável com o Brasil, o país teria superado os problemas estruturais internos e teria realizado todo seu potencial de tornar-se ator proeminente no Sistema Internacional.

No cerne do conceito de antiamericanismo relacional está não a rejeição aos EUA como entidade política e social, mas sim a modalidade de relacionamento bilateral estabelecido por este país, sobretudo em casos de relações assimétricas. Poderia também se aplicado na análise de outros países em desenvolvimento, com especial ênfase em outros países sul-americanos, observadas as semelhanças históricas e estruturais entre o Brasil e estes.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da polêmica gerada pelas afirmações do ex-diplomata Roberto Abdenur sobre a existência do antiamericanismo, velado na condução da Política Externa do governo Lula, o presente trabalho buscou verificar a validade de tais afirmações com base em dados selecionados referentes aos resultados concretos da PEB para o período.

Para tanto, buscou-se desconstruir o conceito de antiamericanismo no Capítulo 2, demonstrando sua heterogeneidade. Delimitou-se que antiamericanismo seria considerado todo discurso ou prática na qual qualquer dos aspectos relacionados aos Estados Unidos da América (como sociedade, cultura, instituições, governo, práticas em política externa, etc) fosse considerado maléfico ou indesejado *a priori*, sem uma correlação direta e concreta com fatos verificáveis. A partir da tipologia criada por Katzenstein e Keohane (2007), estabeleceu-se parâmetros de comparação para as diversas possíveis manifestações políticas do antiamericanismo.

O Capítulo 3 abordou a temática do antiamericanismo na história da Política Externa Brasileira. A partir de uma descrição panorâmica da história das relações bilaterais Brasil – Estados Unidos tentou-se demarcar os períodos nos quais discurso e práticas antiamericanas tiveram mais proeminência da diplomacia nacional. Esclareceu-se, desse modo, que mesmo nos períodos de maior proeminência, o antiamericanismo brasileiro não levou a enfretamento direto (a não ser no nível discursivo) com os Estados Unidos.

Na verdade, observou-se que em termos econômicos os EUA permaneceram incontestes na posição de principal parceiro brasileiro; e que muito dos atritos gerados estavam mais diretamente relacionados à negativa de Washington a uma colaboração mais condizente com os interesses do Brasil. Desse modo, o antiamericanismo brasileiro parece ser motivado mais pelas negativas de uma parceria mais estreita por parte dos Estados Unidos do que por diferenças de valores, projetos políticos antagônicos ou diferenças acentuadas de identidades.

Tendo em mente o conceito estabelecido de antiamericanismo e o panorama histórico, a partir de dados selecionados (Pronunciamentos

Presidenciais Oficiais, Votações na Assembleia Geral da ONU, Disputas na OMC, valores FOB de Importações e Exportações, Influxo de Investimento Externo Direto norte-americano), buscou-se a constatação da existência do antiamericanismo na Política Externa do período. Partiu-se da hipótese de que uma alteração negativa e desproporcional dos dados no governo Luís Inácio Lula da Silva (2003-2010) em relação ao governo Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) constituiria um importante indicativo de uma política externa pautada sobre preceitos antiamericanos.

A análise dos dados, contudo, não evidenciou uma tendência ao antiamericanismo durante o governo Lula. Em dados como valores de Importações, Exportações e disputas na OMC, mostrou-se uma melhora no padrão do relacionamento, com o aumento do valor das transações comerciais e a redução do número de disputas na Organização Mundial do Comércio.

As variações no Influxo de IED norte-americano mantiveram-se estáveis durante todo o período. Nos discursos presidenciais oficiais, os Estados Unidos da América são mais vezes mencionados, embora de forma menos positiva. Porém, ao se sobressair um viés neutro, infere-se que o posicionamento presidencial torna-se mais pragmático, e não necessariamente antiamericano ou, alternativamente, pró-americano.

Foram nos dados concernentes a votações da Assembleia Geral da ONU que se identificou uma tendência mais acentuada de afastamento entre Brasil e Estados Unidos durante o período em questão. Mas, considerando o início deste processo se encontra ainda no governo Fernando Henrique Cardoso e que um movimento de reaproximação é iniciado nos últimos anos do governo Lula, descarta-se a hipótese da influência do pensamento antiamericano na tendência encontrada.

Sendo assim, de forma geral as relações bilaterais Brasil - Estados Unidos não sofreram danos significativos durante o período em análise. Em termos econômicos ocorreu justamente o contrário, com o aumento do valor das importações e exportações. Mesmo assim, no final do período, a importância relativa dos EUA para o comércio exterior do Brasil havia diminuído; e as relações políticas entre as nações não haviam melhorado significativamente em relação ao período em que Fernando Henrique Cardoso esteve na presidência.

Três conclusões finais surgem da análise efetuada. Em primeiro lugar, a Política Externa nos mandatos presidenciais de Luís Inácio Lula da Silva não fugiu das linhas diplomáticas tradicionais do Brasil. Embora possua suas peculiaridades, esteve em concordância com padrões históricos estabelecidos. Isso significa, entre outras coisas, que as relações bilaterais com os Estados Unidos não estiveram abaixo do mínimo histórico esperado, havendo inclusive outros momentos em que ambos os países estabeleceram relações mais conflituosas e instáveis.

Em segundo lugar, é perceptível, através da análise dos discursos presidenciais, que Lula adotou uma postura mais crítica em relação a Washington. As diferenças de programas em política externa entre governos de diferentes partidos é esperada, como visto em Oliveira e Onuki (2009). Contudo, mesmo que Lula e o PT sejam considerados menos simpáticos ao relacionamento com os Estados Unidos do que Fernando Henrique Cardoso e o PSDB, as diferenças práticas causadas pelas diferenças de ideologia foram conformadas aos imperativos de uma política de Estado. A diminuição da importância relativa dos Estados Unidos no comércio exterior e discursos presidenciais de teor mais crítico apontam não para um antiamericanismo, mas sim para uma concepção diferente na formulação da Política Externa.

Talvez as afirmações de Abdenur possam ser interpretadas justamente como uma crítica a essa escolha. Mas, se assim o for, deveria ser estendida retrospectivamente a diversos outros períodos da PEB. De todo modo, como apontam Oliveira e Onuki, o programa para política externa do PT conclama ao fortalecimento do diálogo sul-sul, e não o confronto direto com os EUA. Uma das consequências da diversificação de parceiros é a diminuição da importância relativa de um parceiro específico, como demonstram os dados referentes às Importações e Exportações. De todo modo, não é possível estabelecer uma correlação direta entre essa redução de importância relativa com pensamentos e atitudes de matizes antiamericanos.

Por fim, o terceiro elemento importante a se considerar é a conjuntura de atuação no Cenário Internacional. A Política Externa de um Estado não é apenas condicionada por escolhas políticas, mas também deve ser condizente e responsiva ao comportamento do Sistema Internacional em que atua. Por

exemplo, uma Política Externa pautada pelo embate bilateral da Guerra Fria em pleno século XXI seria não só ineficaz como também anacrônica. Desse modo, ao se comparar os dados do governo FHC e Lula, é importante ter em conta os diferentes contextos dos seus mandatos.

Em relação as votações da Assembleia Geral da ONU, o distanciamento verificado nos votos parece estar mais vinculado com o período em que George W. Bush esteve na Casa Branca (2000-2008) do que a mudança dos presidentes brasileiros, pois a tendência de afastamento coincide justamente com seu período de governo. Deste modo, o pequeno afastamento político entre as duas nações (o qual não se verificou na esfera econômica) pode não ter sido influenciado por considerações antiamericanas, mas sim responsivo a políticas adotadas durante a administração de George W. Bush, que entraram em conflito não só com os interesses brasileiros, mas também com o de outras nações (BANDEIRA, 2004).

A partir do que foi exposto, não é possível encontrar indícios de uma doutrina antiamericana nos resultados concretos da Política Externa do governo Lula; contudo, como indicado no ponto 4.7, a questão do antiamericanismo na sociedade brasileira é complexa. Uma agenda de pesquisa que inclua como a sociedade civil influencia e interage com a burocracia estatal no processo de formulação da Política Externa Brasileira possibilitará a compressão de outro viés desta problemática (o processo de formulação da PEB). Conjuntamente com a análise dos resultados concretos, apresentada neste trabalho, haverá a possibilidade de compreensão mais completa e aprofundada da questão.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABDENUR, Roberto (2007) – “Nem na Ditadura”, entrevista **Veja**, Páginas Amarelas, 7 de fevereiro. Disponível em: <<http://veja.abril.com.br/acervodigital/home.aspx>>. Acesso em 02 de julho de 2015.

ABREU, Marcelo de Paiva (2007), “Política Externa Nua e Crua”. **O Estado de São Paulo**, 12 de fevereiro. Disponível em: <<http://www.economia.puc-rio.br/mpabreu/pdf/OESP07.02.12.pdf>>. Acesso em 02 de julho de 2015.

ALMEIDA, Paulo Roberto de; BARBOSA, Rubens Antônio (orgs). “**O Brasil e os Estados Unidos num Mundo em Mutação**”. Washington, EUA, Embaixada do Brasil, Junho de 2003.

ALMEIDA, Paulo Roberto de. “A Política da Política Externa: os Partidos Políticos nas Relações Internacionais do Brasil, 1930-1990”. In: *GUILHON ALBUQUERQUE, José Augusto (org.). Sessenta Anos de Política Externa Brasileira (1930-1990)*. Vol. IV, Prioridades, atores e políticas. São Paulo: Annablume, pp. 381-447, 2010.

AMORIM, Celso (2007), entrevista, **O Estado de São Paulo**, 11 de fevereiro. Disponível em: <<http://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/20070211-41389-nac-10-pol-a10-not/tela/fullscreen>>. Acesso em 02 de julho 2015.

BANDEIRA, Moniz. “**As relações perigosas: Brasil-Estados Unidos (de Collor a Lula, 1990-2004)**”. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2004.

CASTRO, Flávio Mendes de Oliveira. “**Itamaraty: Dois Séculos de História (1808-2008)**”. Fundação Alexandre de Gusmão, Brasília, 2009.

CEASER, James W. “A genealogy of anti-Americanism”. **The Public Interest**, n. 152, Nova Iorque, EUA, 2003.

CERVO, Amado Luiz; BUENO, Clodoaldo. “**História da Política Exterior do Brasil**”. Brasília, Editora da UNB, 2010.

CORTES, Octávio H. D. Garcia. “**A política Externa do Governo Sarney: o início da reformulação das diretrizes para a inserção internacional do Brasil sob o signo da democracia**”. Brasília, FUNAG, 2010.

FERREIRA, Túlio Sérgio Henriques. “A ruína do consenso: a política exterior do Brasil no governo Figueiredo (de 1979 a 1985)”. **Revista Brasileira de Política Internacional**, v.49/02, p. 119-136, 2006.

_____. “Duas faces do gigante: os Estados Unidos nas visões de Eduardo Prado e Monteiro Lobato (notas sobre as relações Brasil/Estados Unidos)”. **Cena Internacional** (UNB), v.10, p.125-146, 2008.

GARCIA, Eugênio Vargas. **“Cronologia das relações internacionais do Brasil”**. Rio de Janeiro, Contraponto; Brasília, Fundação Alexandre de Gusmão, 2005.

HERRMANN, Richard K.; KERTZER, Joshua D.; “Does Anti-Americanism Exist? Experimental Evidence from France”. **IR Faculty Colloquium at Princeton University**, Princeton (EUA), 2015.

HIRST, Mônica. “O Pragmatismo Impossível: A política Externa do Governo Vargas (1951-1954)”. **Cena Internacional**, vol. 05, n.1, jun/2003.

_____. **“Brasil-Estados Unidos: desencontros e afinidades”** com ensaio analítico de Andrew Hurrell – Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009.

HOLLANDER, Paul (Ed.). **“Understanding Anti-Americanism”**. Chicago (EUA), Ivan R. Dee Publisher, 2004.

HUNTINGTON, Samuel P. **“O Choque das Civilizações e a recomposição da Nova Ordem Mundial”**. Rio de Janeiro: Objetiva, 1997.

KATZENSTEIN, Peter J.; KEOHANE, Robert O. “Varieties of Anti-Americanism: A Framework of Analysis” in KATZENSTEIN, Peter J.; KEOHANE, Robert O. (Ed.). **“Anti-Americanism in world politics”**. Estados Unidos da América: Cornell University, 2007.

KING, Gary. “Political Parties and Foreign Policy: A Structuralist Approach”. **Political Psychology**, Vol. 7, Nº 1.

KOHUT, Andrew. **“Anti-Americanism: Causes And Characteristics”**. Pew Research Center, Global Attitudes & Trends, Washington D.C., 2003. Disponível em: <http://www.people-press.org/2003/12/10/anti-americanism-causes-and-characteristics/>. Acesso em 26 de maio de 2015.

_____. “Reviving America’s Global Image”. **PewResearch Center**, Washington DC (EUA), 2010.

MARTINS, Carlos Estevam. “A evolução da Política Externa Brasileira na Década 64/74”. **Estudos CEBRAP**, v.12, abr/jun 1975.

MELLO E SILVA, Alexandra. “Desenvolvimento e Multilateralismo: um estudo sobre a OPA no contexto da política externa de JK”. **Contexto Internacional**, vol. 14, n.2, jul/dez 1992.

MOURA, Gerson. **“O Alinhamento sem recompensa: a Política Externa do Governo Dutra”**. CPDOC/FGC, 1990.

NAIM, Moises. “Anti-Americanisms – A guide to hating Uncle Sam”. **ForeignPolicy**, Washington D.C. (EUA), 2009. Disponível em:

<<http://foreignpolicy.com/2009/10/30/the-falseness-of-anti-americanism/>>. Acesso em 28 de maio de 2015.

O'CONNOR, Brendon. "A Brief History of Anti-Americanism: From Cultural Criticism to Terrorism". **Australasian Journal of American Studies**, vol. 23 (1), pp.97-112.

O'CONNOR, Brendon; GRIFFITHS, Martin. "Introduction: Making sense of Anti-Americanism". In O'CONNOR, Brendon; GRIFFITHS (Eds.). **"The Rise of Anti-Americanism"**. Routledge, Londres (Reino Unido), 2006.

OLIVEIRA, Amâncio Jorge de; ONUKI, Janina. "Eleições Partidos Políticos e Política Externa no Brasil". **Revista Política Hoje**, vol. 19 (1), 2010.

REVEL, Jean-François. **"A Obsessão Antiamericana: causas e consequências"**. Rio de Janeiro, 2003.

SALLUM, Brasílio JR. "Governo Collor: O Reformismo Liberal e a Nova Orientação da Política Externa Brasileira". **Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, vol. 54, n. 2, 2011, pp. 259 a 288.

TOTA, Antonio Pedro. **"O imperialismo sedutor: A Americanização do Brasil na Época da Segunda Guerra"**. São Paulo, Companhia das Letras, 2000.

VIGEVANI; OLIVEIRA. "A política externa brasileira na era FHC: um exercício de autonomia pela integração". **Revista de Sociologia da USP**, Departamento de Sociologia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, volume 15, n.2, novembro 2003 (2004), pp. 31-61.

VIGEVANI, Tullo; CEPALUNI, Gabriel. "A política Externa de Lula da Silva: A Estratégia da Autonomia pela Diversificação". **Contexto Internacional**, Rio de Janeiro, vol. 29, n. 2, julho/dezembro 2007, p. 273-335.

VILELA, Elaine; NEIVA, Pedro. "Temas e Regiões nas Políticas Externas de Lula e Fernando Henrique: comparação do discurso dos dois presidentes". **RBPI**, 54 (2), p. 70-96. 2011.

Banco de Dados

BRASIL (Banco Central do Brasil), **Influxo de Investimento Externo Direto**. Disponível em:

<<http://www.bcb.gov.br/rex/ied/port/ingressos/htms/index1.asp?idpai=INVEDIR>>;

<<http://www.bcb.gov.br/rex/ied/port/ingressos/htms/index2.asp?idpai=INVEDIR>>;

<<http://www.bcb.gov.br/rex/ied/port/ingressos/htms/index3.asp?idpai=INVEDIR>>.

Acesso em 26 abril de 2015.

BRASIL (Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio) – **Alice Web 2**. Disponível em: <<http://aliceweb.desenvolvimento.gov.br/>>. Acesso em 26 de abril de 2015.

EUA (U.S Department of State, Bureau of International Organizations Affairs), **Voting Practices in the United Nations**: 1995, 1996, 1997, 1998, 1999, 2000, 2001, 2002, 2003, 2004, 2005, 2006, 2007, 2008, 2009, 2010. Disponível em: <<http://www.state.gov/p/io/rls/rpt/index.htm>> (Acesso em 26/04/2015).

World Trade Organization, “**Map of Disputes between WTO Members**” e “**Dispute Settlement – Disputes by Country/territory**”. Disponível em https://www.wto.org/english/tratop_e/dispu_e/dispu_by_country_e.htm (Acesso em 20/05/2015).

**APÊNDICE A - Coincidência nas Votações na Assembleia Geral da ONU
1995-2010 para Brasil e EUA**

Tabela A.A.1 – Coincidência de nas Votações na Assembleia Geral da ONU, 1995-2010 para Brasil e EUA – Todas as Votações.

Ano	Votos Idênticos	Votos Opostos	Abstenções e Ausências	Coincidência de Votos	Total de Resoluções
1995	30	43	10	41,1%	83
1996	28	38	12	42,4%	78
1997	29	39	4	42,6%	72
1998	25	35	4	41,7%	64
1999	28	44	5	38,9%	77
2000	23	35	7	39,7%	65
2001	18	44	9	29%	71
2002	26	58	6	31%	90
2003	16	61	8	20,8%	85
2004	10	57	12	14,9%	79
2005	16	64	10	20%	90
2006	15	69	10	17,9%	94
2007	8	67	7	10,7%	82
2008	16	63	9	20,3%	88
2009	20	45	6	30,8%	71
2010	23	44	4	34,3%	71

Fonte: Elaboração Própria, a partir de relatórios do U.S Department of State, Bureau of International Organizations Affairs: Voting Practices in the United Nations, 1995-2010.

Tabela A.A.2 - Coincidência de nas Votações na Assembleia Geral da ONU, 1995-2010 para Brasil e EUA – Apenas Votações Importantes.

Ano	Votos Idênticos	Votos Opostos	Abstenções e Ausências	Coincidência de Votos	Total de Resoluções
1995	8	5	2	61,5%	15
1996	7	3	2	70%	12

1997	7	4	2	63,6%	13
1998	6	3	1	66,7%	10
1999	8	4	1	66,7%	13
2000	4	4	3	50%	11
2001	2	7	3	22,2%	12
2002	5	8	1	38,5%	14
2003	5	8	2	38,5%	15
2004	2	6	2	25%	10
2005	2	7	2	22,2%	11
2006	2	8	3	20%	13
2007	3	7	3	30%	13
2008	1	7	5	12,5%	13
2009	3	5	4	37,5%	12
2010	3	6	4	33,3%	13

Fonte: Elaboração Própria, a partir de relatórios do U.S Department of State, Bureau of International Organizations Affairs: Voting Practices in the United Nations, 1995-2010.

Tabela A.A.3 – Comparação das Coincidências entre as Votações Importantes e as Votações Gerais na Assembleia Geral das Nações Unidas.

Ano	Votações Importantes	Votação Geral na AGUN
1995	61,5%	41,1%
1996	70%	42,4%
1997	63,6%	42,6%
1998	66,7%	41,7%
1999	66,7%	38,9%
2000	50%	39,7%
2001	22,2%	29%
2002	38,5%	31%
2003	38,5%	20,8%
2004	25%	14,9%
2005	22,2%	20%
2006	20%	17,9%

2007	30%	10,7%
2008	12,5%	20,3%
2009	37,5%	30,8%
2010	33,3%	34,3%

Fonte: Elaboração Própria, a partir de relatórios do U.S Department of State, Bureau of International Organizations Affairs: Voting Practices in the United Nations, 1995-2010.

APÊNDICE B: Especificação dos Temas Importantes, considerados a partir dos relatórios do Voting Practices in the UN do Bureau of International Organization Affairs entre 1995 e 1996.

Votos Importantes, 1995: 1) Relatório da IAEA. 2) Embargo dos EUA à Cuba. 3) Processo de Paz no Oriente Médio. 4) Comitê Especial em Descolonização. 5) O Armamento Nuclear de Israel. 6) Coerção Política e Econômica dos Países em Desenvolvimento. 7) Assentamentos de Israel. 8) Autodeterminação da Palestina. 9) Eleições Periódicas e Genuínas/Democratização. 10) Direitos Humanos no Iran. 11) Direitos Humanos no Iraque. 12) Direitos Humanos em Partes da ex-Iugoslávia. 13) Direitos Humanos no Sudão. 14) Direitos Humanos em Cuba. 15) Direitos Humanos na Nigéria.

Votos Importantes, 1996: 1) Embargo dos EUA à Cuba. 2) Eliminação de Medidas Econômicas Coercitivas. 3) Processo de Paz no Orientes Médio. 4) Legalidade do Uso de Armas Nucleares. 5) Acordo para o Banimento de Minas Anti-Pessoais. 6) Autodeterminação da Palestina. 7) Direitos Humanos no Iraque. 8) Direitos Humanos no Irã. 9) Direitos Humanos no Sudão. 10) Direitos Humanos em Cuba. 11) Direitos Humanos em partes da ex-Iugoslávia. 12) Tratado Compreensivo para Banimento de Testes Nucleares.

Votos Importantes, 1997: 1) Embargo dos EUA à Cuba; 2) Relatório da IAEA; 3) Banimento das Minas Anti-Pessoais; 4) Melhoramento do Status Palestino; 5) Autodeterminação da Palestina; 6) Eleições Periódicas e Genuínas; 7) Direito ao Desenvolvimento; 8) Direitos Humanos no Sudão; 9) Direitos Humanos no Iraque; 10) Direitos Humanos no Irã; 11) Direitos Humanos em Cuba; 12) Direitos Humanos em partes da antiga Iugoslávia; 13) Coerção Política e Econômica.

Votos Importantes, 1998: 1) Embargo dos EUA a Cuba; 2) Eliminação de Medidas Econômicas Coercitivas; 3) Relatório da IAEA; 4) Testes Nucleares na África do Sul; 5) Nova Agenda para o Desarmamento Nuclear; 6) Direito ao Desenvolvimento; 7) Direitos Humanos no Iraque; 8) Direitos Humanos no Irã; 9) Direitos Humanos em partes da antiga Iugoslávia; 10) Direitos Humanos em Kosovo.

Votos Importantes, 1999: 1) Embargo dos EUA a Cuba; 2) Relatório da IAEA; 3) Verificação de acordância com o Tratado Antibalístico (ABM); 4) Eliminação Última das Armas Nucleares; 5) Nova Agenda para um Mundo Livre de Armas Nucleares; 6) Pequenas Armas; 7) Risco de Proliferação Nuclear no Meio Oriente; 8) Medidas para Eliminar o Terrorismo Internacional; 9) Direitos Humanos no Irã; 10) Direitos Humanos no Iraque; 11) Direitos Humanos no Kosovo; 12) Direitos Humanos na Bósnia/Herzegovina, Croácia e Iugoslávia; 13) Direcionamento a um Sistema Financeiro Internacional Estável.

Votos Importantes, 2000: 1) Ação de Israel nos territórios ocupados; 2) Embargo dos EUA a Cuba; 3) Acordância com o Tratado de Mísseis Antibalísticos (ABM); 4) Nova Agenda para um Mundo Livre de Armas Nucleares; 5) Redução do Perigo Nuclear; 6) Risco da Proliferação Nuclear no Oriente Médio; 7) “Crimes de Honra” Contra Mulheres; 8) Promoção e Consolidação da Democracia; 9) Globalização e Direitos Humanos; 10) Direitos Humanos no Irã; 11) Direitos Humanos no Iraque.

Votos Importantes, 2001: 1) Ações de Israel nos Territórios Ocupados; 2) Assentamentos Pacíficos da Questão Palestina; 3) Embargo dos EUA a Cuba; 4) Acordância com o Tratado de Mísseis Antibalísticos (ABM); 5) Desarmamento Nuclear; 6) Risco de Proliferação Nuclear no Oriente Médio; 7) Efeitos do Uso de Urânio Empobrecido em Armamentos; 8) Direitos Humanos e Medidas Coercitivas; 9) Globalização e Direitos Humanos; 10) Direitos Humanos no Irã; 11) Direitos Humanos na República Democrática do Congo; 12) Direitos Humanos no Iraque.

Votos Importantes, 2002: 1) Relatório da IAEA; 2) Embargo dos EUA a Cuba; 3) Legislação Nacional na Transferência de Armas; 4) Eliminação Total das Armas Nucleares; 5) Risco de Proliferação Nuclear no Oriente Médio; 6) Trabalho do Comitê Especial para Investigar as Práticas de Israel que afetavam os Direitos Humanos do Povo Palestino e Outros Povos Árabes nos Territórios Ocupados; 7) Futuras Operações de Pesquisa Internacional e Treinamento do Instituto para o Avanço das Mulheres (INSTRAW); 8) Direito das Crianças; 9) Luta Contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Tolerância Relacionada e Implementação Compreensiva das medidas decididas na Declaração e Programa de Ação de Durban; 10) Protocolo Opcional da Convenção Contra Tortura

(DOPCAT); 11) Globalização e Direitos Humanos; 12) Direitos Humanos no Sudão; 13) Situação dos Direitos Humanos no Iraque; 14) Situação dos Direitos Humanos na República Democrática do Congo; 15) Efeitos do Uso de Urânio Empobrecido (não adotado).

Votos Importantes, 2003: 1) Embargo dos EUA a Cuba; 2) Convenção Internacional contra a Clonagem Reprodutiva de Seres Humanos; 3) Comitê sobre o Exercício de Direitos Inalienáveis ao Povo Palestino; 4) Ações Ilegais de Israel na Jerusalém Oriental Ocupada e no resto do Território Palestino Ocupado; 5) Medidas de Construção de Confiança nos Contextos Regionais e Sub-regionais; 6) Transparência em Armamentos; 7) Assistência à Refugiados Palestinos e Suporte para Agência de Trabalho para o Alívio dos Refugiados Palestinos no Oriente Próximo (UNRWA); 8) Trabalho do Comitê Especial para Investigação das Práticas de Israel que afetam os Direitos Humanos do Povo Palestino e Outros Territórios Árabes Ocupados; 9) Direito das Crianças; 10) Fortalecimento do Papel das Nações Unidas no Reforço e Efetivação do Princípio de Eleições Periódicas e Genuínas e da Promoção da Democratização; 11) Globalização e seus impactos para o completo aproveitamento dos Direitos Humanos; 12) Situação dos Direitos Humanos no Turquemenistão; 13) Situação dos Direitos Humanos na República Islâmica do Irã; 14) Situação dos Direitos Humanos na República Democrática do Congo; 15) Programa Provisório de Trabalho para o Segundo Comitê.

Votos Importantes, 2004: 1) Embargo dos EUA a Cuba; 2) Situação dos Direitos Humanos no Sudão; 3) Comitê para o Exercício dos Direitos Inalienáveis do Povo Palestino; 4) Divisão do Secretariado para os Direitos dos Palestinos; 5) Tratado para o Corte de Materiais Físseis (FMCT); 6) Trabalho do Comitê Especial para Investigação das Práticas de Israel que afetam os Direitos Humanos do Povo Palestino e Outros Árabes nos Territórios Ocupados; 7) Eliminação de Todas as Formas de Intolerância Religiosa; 8) Reforço do Papel Regional, Sub-regional, e de Outras Organizações e Acordos para Promover e Consolidar a Democracia; 9) Situação dos Direitos Humanos na República Islâmica do Irã; 10) Comércio Internacional e Desenvolvimento.

Votos Importantes, 2005: 1) Embargo dos EUA a Cuba; 2) Situação dos Direitos Humanos no Sudão (Terceira Votação do Comitê); 3) Comitê para o

Exercício dos Direitos Inalienáveis do Povo Palestino; 4) Divisão do Secretariado Para Direitos dos Palestinos; 5) Acordância com os Acordos de Não-Proliferação, Limitação de Armas e Desarmamentos; 6) Prosseguimento com as Obrigações de Desarmamento Nuclear; 7) Trabalho do Comitê Especial para Investigação das Práticas de Israel que afetam os Direitos Humanos do Povo Palestino e Outros Árabes nos Territórios Ocupados; 8) Fortalecimento do Papel das Nações Unidas no Reforço e Efetivação do Princípio de Eleições Periódicas e Genuínas e da Promoção da Democratização; 9) Situação dos Direitos Humanos no Irã; 10) Comércio Internacional e Desenvolvimento; 11) Medidas Econômicas Unilaterais como Medidas de Coerção Política e Econômica contra os Países em Desenvolvimento.

Votos Importantes, 2006: 1) Embargo dos EUA a Cuba; 2) Situação dos Direitos Humanos no Uzbequistão (Terceiro Voto do Comitê); 3) Comitê para o Exercício dos Direitos Inalienáveis do Povo Palestino; 4) Divisão do Secretariado Para Direitos dos Palestinos; 5) O comércio ilícito de Pequenas Armas e Armamento Leve; 6) Busca de um Tratado para o Comércio de Armas; 7) Trabalho do Comitê Especial para Investigação das Práticas de Israel que afetam os Direitos Humanos do Povo Palestino e Outros Árabes nos Territórios Ocupados; 8) Combate a Difamação das Religiões; 9) Situação dos Direitos Humanos na Coreia do Norte; 10) Situação dos Direitos Humanos na Bielo-Rússia; 11) Situação dos Direitos Humanos no Irã; 12) Comércio Internacional e Desenvolvimento; 13) Situação dos Direitos Humanos em Burma.

Votos Importantes, 2007: 1) Embargo dos EUA a Cuba; 2) Comitê para o Exercício dos Direitos Inalienáveis do Povo Palestino; 3) Divisão do Secretariado Para Direitos dos Palestinos; 4) Trabalho do Comitê Especial para Investigação das Práticas de Israel que afetam os Direitos Humanos do Povo Palestino e Outros Árabes nos Territórios Ocupados; 5) Situação dos Direitos Humanos na República Democrática da Coreia; 6 e 7) Situação dos Direitos Humanos na República Islâmica do Irã (na 6, houve um Ação de Não Moção); 8) Situação dos Direitos Humanos na Bielo-Rússia; 9) Comércio Internacional e Desenvolvimento; 10) Tecnologia Agrícola para o Desenvolvimento; 11) Relatório do Conselho de Direitos Humanos; 11) Situação dos Direitos Humanos em Mianmar (Burma); 13)

Questão Relacionada a Proposta para o Programa de Orçamento para o biênio 2008-2009.

Votos Importantes, 2008: 1) Embargo dos EUA a Cuba; 2) Comitê para o Exercício dos Direitos Inalienáveis do Povo Palestino; 3) Divisão do Secretariado Para Direitos dos Palestinos; 4) Trabalho do Comitê Especial para Investigação das Práticas de Israel que afetam os Direitos Humanos do Povo Palestino e Outros Árabes nos Territórios Ocupados; 5) Relatório do Conselho de Direitos Humanos; 6) Moratória no Uso da Pena de Morte; 7) Situação dos Direitos Humanos na República Democrática da Coreia; 8 e 9) Situação dos Direitos Humanos na República Islâmica do Irã (Moção de Não Ação para 8); 10) Combate a Difamação das Religiões; 11) Busca por uma Nova Ordem Econômica Internacional; 12) Esforço Global para a Total Eliminação do Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerâncias Relacionadas e Implementação Compreensiva do Seguinte a Declaração de Durban e o Programa de Ação; 13) Situação dos Direitos Humanos em Mianmar (Burma).

Votos Importantes, 2009: 1) Embargo dos EUA a Cuba; 2) Comitê para o Exercício dos Direitos Inalienáveis do Povo Palestino; 3) Divisão do Secretariado Para Direitos dos Palestinos; 4) Renovação da Determinação na Busca pela Total Eliminação das Armas Nucleares; 5) Tratado Compreensivo sobre Banimento de Testes Nucleares; 6) Trabalho do Comitê Especial para Investigação das Práticas de Israel que afetam os Direitos Humanos do Povo Palestino e Outros Árabes nos Territórios Ocupados; 7) Esforço Global para a Total Eliminação do Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerâncias Relacionadas e Implementação Compreensiva do Seguinte a Declaração de Durban e o Programa de Ação; 8) Combate a Difamação das Religiões; 9) Situação dos Direitos Humanos na República Democrática da Coreia; 10) Situação dos Direitos Humanos na República Islâmica do Irã; 11) Tecnologia Agrícola para o Desenvolvimento; 12) Situação dos Direitos Humanos em Mianmar (Burma).

Votos Importantes, 2010: 1) Embargo dos EUA a Cuba; 2) Comitê para o Exercício dos Direitos Inalienáveis do Povo Palestino; 3) Divisão do Secretariado Para Direitos dos Palestinos; 4) Ações Unidas na Busca da Eliminação Total das Armas Nucleares; 5) Código de Haia de Conduta versus Proliferação de Mísseis Balísticos; 6) Tratado Compreensivo para o Banimento de Testes Nucleares; 7)

Trabalho do Comitê Especial para Investigação das Práticas de Israel que afetam os Direitos Humanos do Povo Palestino e Outros Árabes nos Territórios Ocupados; 8) Relatório do Conselho de Direitos Humanos; 9) Moratória no Uso da Pena de Morte; 10) Execuções sumárias, extrajudiciais e arbitrárias; 11) Combate a Difamação das Religiões; 12) Situação dos Direitos Humanos na República Democrática da Coreia; 13) Situação dos Direitos Humanos na República Islâmica do Irã; 14) Esforço Global para a Total Eliminação do Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerâncias Relacionadas e Implementação Compreensiva do Seguinte a Declaração de Durban e o Programa de Ação; 15) Situação dos Direitos Humanos em Mianmar (Burma).

**APÊNDICE C – Casos de Disputas na Organização Mundial do Comércio
entre Brasil e Estados Unidos (Brasil demandante).**

Dispute DS4 – United States – Standards for Reformulated and Conventional Gasoline.

Início: 10/04/1995.

Solução: 25/09/1997

Status: O respondent (EUA) foi notificado que deveria implementar a recomendação da DSB e trazer as medidas da disputa para a conformidade da lei da OMC. Nenhum procedimento de reclamação iniciado. A implementação da decisão ocorreu 15 meses depois pelo respondente.

Fonte: Disponível em:
<https://www.wto.org/english/tratop_e/dispu_e/cases_e/DS4_e.htm>. Acesso em 09 de julho de 2015.

Dispute DS217 – United States – Continued Dumping and Subsidy on Offset Act of 2000.

Início: 21/12/2000.

Solução: 26/09/2004.

Status: Autorização para retaliação, pois as recomendações do painel da OMC não foram totalmente implementadas. Autorização para os reclamantes suspenderem concessões e obrigações garantidas.

Fonte: Disponível em:
<https://www.wto.org/english/tratop_e/dispu_e/cases_e/DS217_e.htm>. Acesso em 09 de julho de 2015.

Dispute DS218 – United States – Countervailing Duties on Certain Carbon Steel Products from Brazil.

Início: 21/12/2000.

Término: Em Aberto.

Status: Reclamantes estabeleceram consultas com os respondentes. Não foi estabelecido um painel de disputa; não houve desistência nem uma solução mutuamente acordada.

Fonte: Disponível em:
<https://www.wto.org/english/tratop_e/dispu_e/cases_e/DS218_e.htm>. Acesso em 09 de julho de 2015.

Dispute DS224 – US PatensCode

Início: 31/01/2001.

Término: Em Aberto.

Status: Em consulta - Reclamantes estabeleceram consultas com os reclamados. Não foi estabelecido um painel de disputa; não houve desistência nem uma solução mutuamente acordada.

Fonte: Disponível em:
<https://www.wto.org/english/tratop_e/dispu_e/cases_e/DS224_e.htm>. Acesso em 09 de julho de 2015.

Dispute DS239 – Anti-Dumping Duties on Silicon Metal from Brazil

Início: 18/09/2001.

Término: Em Aberto.

Status: Em consulta - Reclamantes estabeleceram consultas com os reclamados. Não foi estabelecido um painel de disputa; não houve desistência nem uma solução mutuamente acordada.

Fonte: Disponível em:
<https://www.wto.org/english/tratop_e/dispu_e/cases_e/DS239_e.htm>. Acesso em 09 de julho de 2015.

Dispute DS250 – United States – Equalizin Excise Tax Impose by Florida on Processed Orange and Grapefruit Products.

Início: 20/03/2002.

Término: 02/06/2004.

Status: Terminado - O requeritante desistiu da ação, a medida foi finalizada ou mutualmente acordada.

Fonte: Disponível em:
<https://www.wto.org/english/tratop_e/dispu_e/cases_e/ds250_e.htm>. Acesso em 09 de julho de 2015.

Dispute DS259 – United States – Definitive Safeguard Measures on Imports of Certain Steel Products.

Início: 21/05/2002.

Término: 10/12/2003.

Status: Relatórios adotados, nenhuma medida adicional requisitada – A resolução do Painel foi adotada sem a necessidade do respondente tomar nenhuma ação adicional.

Fonte: Disponível em:
<https://www.wto.org/english/tratop_e/dispu_e/cases_e/ds259_e.htm> Acesso em 09 de julho de 2015.

Dispute DS267 – United States – Subsidies on Upland Cotton

Início: 27/09/2002.

Término: 16/10/2014.

Status: Solução mutualmente aceitável. As partes anunciaram um acordo para implementação.

Fonte: Disponível em:
<https://www.wto.org/english/tratop_e/dispu_e/cases_e/ds267_e.htm>. Acesso em 09 de julho de 2015.

Dispute DS365 – United States – Domestic Support and Export Credit Guarantees for Agricultural Products.

Início: 11/07/2007.

Término: Em Aberto.

Status: Painel estabelecido, mas ainda não composto – O Secretariado do Painel de Disputas acordou em criar um painel, mas os membros destes não foram escolhidos até o momento.

Fonte: Disponível em:
<https://www.wto.org/english/tratop_e/dispu_e/cases_e/ds365_e.htm>. Acesso
em 09 de julho de 2015.

Dispute DS382 – United States – Anti-Dumping Administrative Reviews and Other Measures Related to Imports of Certain Orange Juice from Brazil.

Início: 27/11/2008.

Término: 14/02/2013.

Status: Disputa terminada - Solução mutualmente aceitável. As partes anunciaram um acordo para implementação.

Fonte: Disponível em:
<https://www.wto.org/english/tratop_e/dispu_e/cases_e/ds382_e.htm>. Acesso
em 09 de julho de 2015.

**APÊNDICE D – Dados referentes as Importações e Exportações Brasileiras
no Comércio Bilateral com os EUA.**

Tabela A.D.1 – Importações Brasileiras Totais e no Comércio Bilateral com os EUA em Bilhões de US\$ (FOB), com variação percentual.

Ano	Import. Totais FOB (bilhões de US\$)	Variação (%)	Import. dos EUA (bilhões de US\$)	Variação EUA (%)	% EUA sobre as Import. Globais
1995	49,97	-	11,96	-	23,94%
1996	53,35	+6,75%	10,66	-10,87%	19,99%
1997	59,75	+11,20%	13,71	+28,52%	22,94%
1998	57,76	-3,32%	13,51	-1,40%	23,40%
1999	49,30	-14,65%	11,74	-13,12%	23,81%
2000	55,85	+13,28%	12,9	+9,86%	23,10%
2001	55,60	-0,45%	12,91	+0,05%	23,21%
2002	47,24	-15,03%	10,29	-20,29%	21,78%
2003	48,33	+2,29%	9,57	-6,98%	19,80%
2004	62,84	+30,03%	11,36	+18,68%	18,07%
2005	73,60	+17,13%	12,67	+11,53%	17,21%
2006	91,35	+24,12%	14,66	+15,72%	16,05%
2007	120,62	+32,04%	18,72	+27,74%	15,52%
2008	172,98	+43,42%	25,63	+36,88%	14,82%
2009	127,72	-26,17%	20,03	-21,83%	15,68%
2010	181,77	+42,32%	27,04	+35,00%	14,88%

Fonte: Elaboração Própria a partir dos dados obtidos no Portal Alice Web 2 do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio.

Tabela A.D.2 – Exportações Brasileiras Totais e no Comércio Bilateral com os EUA em Bilhões de US\$ (FOB), com variação porcentual.

Ano	Export. Totais FOB (bilhões de US\$)	Variação (%)	Export. p/ EUA (bilhões de US\$)	Variação EUA (%)	% EUA sobre as Export. Globais
1995	46,51	-	8,68	-	18,67%
1996	47,75	+2,67%	9,18	+10,06%	19,23%
1997	52,98	+10,97%	9,27	+6,15%	17,51%
1998	51,14	-3,48%	9,75	+5,09%	19,06%
1999	48,01	-6,11%	10,68	+9,52%	22,34%
2000	55,12	+14,80%	13,2	+23,55%	23,93%
2001	58,29	+5,75%	14,21	+7,73%	24,38%
2002	60,44	+3,69%	15,34	+7,95%	25,44%
2003	73,20	+21,12%	16,73	+9,06%	22,85%
2004	96,68	+32,07%	20,1	+20,15%	20,79%
2005	118,53	+22,60%	22,54	+12,14%	19,02%
2006	137,81	+16,26%	24,52	+8,81%	17,80%
2007	160,65	+16,58%	25,07	+2,20%	15,60%
2008	197,94	+23,21%	27,42	+9,41%	13,85%
2009	152,99	-22,71%	15,6	-43,11%	10,20%
2010	201,92	+31,98%	19,31	+23,75%	9,56%

Fonte: Elaboração Própria a partir dos dados obtidos no Portal Alice Web 2 do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio.

**APÊNDICE E – Dados referentes ao Fluxo de Investimento Externo Direto
Norte-Americano para o Brasil.**

Tabela A.E – Influxo de IED Global e Norte-Americano para o Brasil, com as variações percentuais ano a ano (1996-2009).

Ano	Influxo Global de IED (em bilhões de US\$)	Variação (%)	Influxo de IED dos EUA (em bilhões e US\$)	Variação EUA (%)	Porcentual Relativo EUA
1995					
1996	7,67	-	1,98	-	25,77%
1997	15,31	+ 99,74%	4,38	+121,65%	28,62%
1998	23,27	+ 51,99%	4,69	+7,08%	20,16%
1999	27,57	+ 18,48%	8,09	+72,35%	29,33%
2000	29,88	+8,36%	5,40	-33,25%	18,07%
2001	21,04	-29,57%	4,46	-17,30%	21,22%
2002	18,78	-10,76%	2,61	-41,44%	20,27%
2003	12,90	-31,29%	2,38	-8,87%	18,47%
2004	20,27	+57,07%	3,98	+66,94%	19,62%
2005	21,52	+6,20%	4,64	+16,75%	21,58%
2006	22,23	+3,30%	4,43	-4,53%	19,94%
2007	33,70	+51,61%	6,04	+36,21%	17,92%
2008	43,89	+30,21%	6,92	+14,55%	15,76%
2009	30,44	-30,63%	4,89	-29,48%	16,02%
2010					

Fonte: Elaboração Própria a partir de dados Disponibilizados pelo Banco Central do Brasil.